

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DAVID JOSÉ PEREIRA GONZAGA

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT E A
CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA
TRANSNACIONAL**

RECIFE

2017

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DAVID JOSÉ PEREIRA GONZAGA

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT E A
CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA
TRANSNACIONAL

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Deborah Werner

RECIFE

2017

Ficha catalográfica

Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

G642i Gonzaga, David José Pereira.
A internacionalização do movimento LGBT e a construção de uma identidade coletiva transnacional / David José Pereira Gonzaga. – Recife, 2017.
85f.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Deborah Werner.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Organismos internacionais.
3. Sociedade civil. I. Werner, Deborah. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

CDU 327

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me sustenta, fortalece e guia meus passos. A minha família, que sempre me deu o amor, a estrutura e a estabilidade necessária para que pudesse concluir esta etapa. Ao meu namorado, pelo incentivo e motivação ainda no momento em que está pesquisa era um projeto e por juntos acreditarmos que a luta contra o preconceito e a intolerância é diária e precisa do nosso comprometimento.

Agradeço a Professora e Orientadora Deborah Werner pela paciência e dedicação no processo de construção deste trabalho e pelo incentivo na continuidade da minha vida acadêmica, também gostaria de agradecer a Professora Luciana Lira que graças as suas aulas surgiu o interesse pelas questões LGBT nas Relações Internacionais. Também aos meus colegas internacionalistas que dividiram o stress, e me ouviram tagarelar acerca da situação da comunidade LGBT inúmeras vezes ao longo do processo, sendo apoiadores e incentivadores da minha conquista.

RESUMO

As violações aos Direitos Humanos da população LGBT, têm levantado fortes questionamento da efetividade dos organismos internacionais e dos Estados em garantir proteção e direitos à essa parcela da população. O crescimento do movimento LGBT no mundo têm realçado o ativismo dos militantes que por sua vez tem atraído a atenção internacional para suas lutas sociais. As estruturas sociais, políticas e econômicas da contemporaneidade sustentam e perpetuam as ideologias opressoras e intolerantes, fazendo com que a discriminação aos LGBT continue se perpetuando. Nesse contexto, o movimento LGBT surge como uma agente internacional que através de redes fortalecem a participação da sociedade civil na luta pelo reconhecimento. A análise de sua história e compreendendo a atuação coletiva enquanto movimento social, bem como o protagonismo do indivíduo na motivação das lutas, são elementos essenciais para apreender o movimento LGBT como um ator internacional e um agente dos Direitos Humanos.

Palavras-Chave: LGBT; organismos internacionais; sociedade civil; Direitos Humanos.

ABSTRACT

The human rights violations of the LGBT population have raised strong questions about the effectiveness of international organizations and states in guaranteeing protection and rights to this part of the population. The growth of the LGBT movement in the world has highlighted the activism of the militants who in turn has attracted international attention to their social struggles. The contemporary social, political, and economic structures sustain and perpetuate oppressive and intolerant ideologies, making discrimination against LGBT continue to perpetuate. In this context, the LGBT movement emerges as an international agent that through networks strengthens the participation of civil society in the struggle for recognition. The analysis of its history and understanding the collective action as a social movement, as well as the individual's role in the motivation of the struggles, are essential elements to apprehend the LGBT movement as an international actor and a human rights agent.

Keywords: LGBT; international organizations; civil society; human rights.

LISTA DE QUADROS:

Figura 1: Paradas da diversidade, São Paulo/Brasil, 1997 a 2010	47
Figura 2: As maiores paradas da diversidade do mundo	47

LISTA DE SIGLAS:

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais

ONU – Organização das Nações Unidas

OEA – Organização dos Estados Americanos

SDH – Secretária de Direitos Humanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. Os movimentos sociais transnacionais	14
1.1 O debate teórico sobre os tradicionais e novos movimentos sociais	15
1.2 A contribuição da teoria do reconhecimento de Axel Honneth aos movimentos sociais	24
2. Perspectiva histórica do movimento LGBT norte-americano e brasileiro	31
2.1 O movimento de libertação gay em São Francisco	32
2.2 O movimento LGBT no Brasil	38
2.2.1 O jornal Lampião da Esquina	39
2.2.2 O grupo SOMOS	40
2.2.3 O grupo gay da Bahia	42
2.3 Mobilizações e ação política	43
2.3.1 As paradas da diversidade	45
2.3.2 Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais	47
2.3.3 Os LGBT e as políticas brasileiras	49
3. De Stonewall para o mundo a internacionalização do movimento LGBT	52
3.1 Os efeitos da globalização na difusão da causa LGBT	53
3.2 A identidade LGBT	59
3.3 A luta LGBT no âmbito da ONU	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
Referências Bibliográficas	78

INTRODUÇÃO

A proteção de pessoas baseada na orientação sexual e identidade de gênero não requer a criação de novas leis ou direitos especiais para pessoas LGBT. Em vez disso, requer a garantia da não discriminação no gozo de todos os direitos. A proibição contra a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero não está limitada ao regime internacional de direitos humanos. Tribunais de muitos países têm declarado que tal discriminação viola as normas constitucionais domésticas assim como o direito internacional. A questão também foi levantada pelos sistemas regionais de direitos humanos, principalmente pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pelo Conselho da Europa. (ONU, 2013, p.11)

O movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, é um movimento social que defende a garantia dos direitos e o reconhecimento social das pessoas LGBT. Os grupos e organizações que militam pela comunidade são numerosos e estão presente em todo o mundo, expressando um forte ativismo político nas ações coletivas e reforçando um perfil globalizante de movimento. A temática sobre os direitos LGBT ganharam visibilidade nos organismos internacionais reforçando uma preocupação internacional quanto aos Direitos Humanos no que tange a orientação sexual e a identidade de gênero.

Os movimentos sociais transnacionais ou movimentos sociais globais, são termos utilizados pelas relações internacionais para fomentar o protagonismo dos movimentos em uma esfera global na qual se constroem redes de ativismo em torno de causas, por sua vez, ganham status de Sociedade Civil Global, que articulam ações coletivas em torno de um projeto sociopolítico que atenda às necessidades de uma comunidade. (CASTELLS,2008).

Os motins de junho de 1969 inspiraram um movimento de protesto homossexual, não só por toda a América, mas também em todo o mundo. O movimento de libertação gay nascido com Stonewall constituiu uma identidade indispensável à emancipação dos LGBT e passou a assumir, diante das mobilizações internacionais e do discurso transcultural, um papel decisivo na efetividade dos direitos humanos, na luta pelos direitos civis e no fortalecimento do debate em prol da tolerância.

Para Nunan (2003),

No final dos anos 60, paralelamente à reconsideração, pelas feministas, das identidades e papéis sexuais, alguns homossexuais norte-americanos saem de

seu silêncio forçado para pôr termo a uma clandestinidade dolorosamente sentida como patológica. Para começar, eles mudam de designação. Em vez de “homossexuais”, que tem uma conotação médica ligada à perversão, eles preferem a denominação de “gays” (que existe desde o século XIX), mais neutra, que designará uma cultura específica e positiva. (NUNAN, 2003, p. 113)

A problematização do reconhecimento garantiu o surgimento de uma identidade comum aos integrantes do movimento possibilitando a ampliação dos debates e das ações coletivas na esfera global. As paradas pela diversidade e o reconhecimento de organizações LGBT na esfera consultiva das Nações Unidas são exemplos advindos da expansão do movimento, o que fez com que ganhassem notoriedade internacional nas conferências, fóruns e comitês sobre Direitos Humanos e temas afins. É nesse contexto que serão analisados neste trabalho o debate conceitual sobre os movimentos sociais e a luta por reconhecimento; a perspectiva história do movimento LGBT norte-americano e brasileiro enquanto expoentes de uma militância expressiva; a articulação dos debates nos organismos internacionais; e a construção de uma identidade coletiva e transnacional.

A visibilidade internacional dada aos fatos que integram a temática LGBT apenas reforça o destaque que a causa tem tomado na contemporaneidade. Com a aceleração do processo globalizante e o desenvolvimento de instituições supranacionais o mundo parecia estar caminhando para uma “aldeia global”, onde as barreiras estatais seriam minimizadas e os direitos seriam estendidos a todos (IANNI, 1992). É essa “aldeia” que possibilita as trocas culturais, políticas e sociais como resultado do processo de globalização, de maneira que o ativismo transnacional passasse a integrar pessoas em diferentes localizações geográficas em torno de objetivos comuns e em frequentes articulações com a esfera local. Portanto, buscou-se reunir dados/informações com a proposta de responder as seguintes questões de pesquisa: Quais os fatores que possibilitaram a internacionalização do movimento LGBT? Qual a importância da internacionalização para a causa LGBT? Como a identidade pode ser um elemento motivador das lutas coletivas?

[...] um recorte em uma rede de relações sociais, no qual estão presentes indivíduos e organizações da “sociedade civil”, diferenciáveis pelo fato de compartilharem e atuarem com vistas a um mesmo objetivo geral com relação ao tema da “homossexualidade”: a “emancipação” ou a obtenção de “cidadania plena” para “os (as) homossexuais” ou outras identidades sexuais tomadas como sujeito do movimento. (FACCHINI, 2005, p.25)

Com o surgimento dos movimentos identitários, novos temas passaram a fazer parte das agendas dos movimentos sociais. A repressão à liberdade sexual e as violações por

questões de gênero, orientação e identidade, foram motivações para que esses movimentos passassem a integrar os chamados movimentos transnacionais a fim de dar visibilidade às suas causas e provocar uma ruptura nos padrões opressores.

A globalização foi a grande responsável pela a internacionalização dessas agendas e a intensificar as trocas de informações, assim como, a diminuição do tempo e espaço enquanto barreiras. As violações aos direitos LGBT registrados seja nos EUA, no Brasil ou em outros países, foram maximizadas com o desenvolvimento de um ativismo protagonista. As manifestações nos grandes centros urbanos, a luta pela desmistificação da AIDS como uma “peste gay”, o surgimento das áreas liberadas¹ (CASTELLS, 2002) e a intensificação do discurso político, resultaram no ganho de representatividade internacional.

Para Herz (2015), os movimentos sociais transnacionais são formados por grupos de pessoas que passam a lutar pela transformação do status quo, agindo de forma pacífica e se desenvolvem em torno de objetivos em comuns. Na tentativa de compreender o papel sociopolítico do movimento no seu contexto histórico e atual, o presente trabalho tem por objetivo analisar os fatos que levaram à internacionalização e ao fortalecimento das lutas LGBT no mundo, buscando assim, descrever, compreender e explicar a precisão das relações entre o global e o local no que cerne os movimentos sociais que lutam por esta causa. Busca ainda, analisar a importância da existência de uma identidade que sustente o sentimento de pertencimento e que motive as lutas por reconhecimento e pelo ativismo político como instrumentos de conquista de direitos.

Ainda que os movimentos LGBT tenham ganhado relevância em âmbito internacional, ainda é tímido o seu reconhecimento enquanto um ator no âmbito das Relações Internacionais, aspecto enfatizado por esse trabalho. Este trabalho quer contribuir para a produção do conhecimento sobre a temática, de maneira a enfatizar a importância do movimento para a disseminação dos Direitos Humanos na sua internacionalidade.

A metodologia utilizada neste trabalho será a pesquisa qualitativa descritiva-explicativa, pretendendo descrever os fatos e fenômenos que determinaram a internacionalização do objeto de pesquisa, assim como, identificar os elementos que

¹ Para Castells (2002), após a revolta, os homossexuais começaram a se organizar politicamente não apenas em torno de instituições comunitárias de apoio, mas também no território, ocupando regiões específicas e espacialmente segregadas nas grandes metrópoles dos EUA. Esta dispersão dos gays ao longo das grandes cidades americanas acabou gerando o que Castells (1999) e os próprios movimentos homossexuais chamaram de “áreas liberadas”

contribuíram para a ocorrência do fenômeno. E como principais procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, de campo e de caso. Os materiais utilizados como fontes para o desenvolvimento deste trabalho consistem em literaturas especializadas, dados secundários sobre as condições atuais dos movimentos sociais, direitos humanos e do debate acerca da orientação sexual e da identidade de gênero e entrevista com uma ativista LGBT. O objetivo deste trabalho sendo ele qualitativo é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas.

O trabalho será estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, será analisado o debate teórico-conceitual dos movimentos sociais e suas atuações em esfera internacional, fomentando a ideia de sociedade civil global e redes de ativismo. Ainda, será analisada a importância do indivíduo na articulação das ações coletivas, buscando perceber o reconhecimento como um elemento determinante para a formação dos movimentos e das transformações sociais e individuais.

No segundo capítulo será analisada a perspectiva histórica do movimento LGBT nos EUA e no Brasil, ressaltando os importantes marcos no surgimento das lutas organizadas e as contribuições que o movimento trouxe para a sociedade. Assim como, será percebido a formação dos primeiros grupos de militantes que passaram a articular as manifestações e o debate político.

No terceiro capítulo será apresentado o debate central proposto por esse trabalho, enquanto a internacionalização do movimento, realçando os elementos determinantes para esse fenômeno, assim como, os impactos que resultaram no contexto global. Será apreendido também a identidade LGBT enquanto mecanismo de resistência, construção e fomento do movimento, bem como, o destaque que a causa tem ganhado no âmbito da Nações Unidas.

É importante enfatizar que o tema deste trabalho reflete os atuais debates sobre Direitos Humanos. O reconhecimento dos direitos LGBT saiu do espaço privado e assumiu relevância pública, ganhando visibilidade e destaque dentro da sociedade civil e nas discussões políticas. Trata-se de reconhecer o conflito social que existe e os danos causados em decorrência da invisibilidade social, ou seja, o não-reconhecimento dos LGBT enquanto detentores de direitos, como mencionada na epígrafe desta introdução. Compreender o movimento LGBT como exemplo de associativismo, resulta na emergência de mudanças sociais com o objetivo de (re) construir identidade, reivindicar ampliação do espaço social e a participação política nas Relações Internacionais

CAPÍTULO I: OS MOVIMENTOS SOCIAIS TRANSNACIONAIS

Com o reaparecimento de atores não estatais e o surgimento da ideia de sociedade civil global nas Relações Internacionais dos anos de 1990, é percebida uma ampla discussão sobre os processos da globalização e as mudanças advindas por ela no sistema internacional.

O discurso da sociedade civil “globalizou-se”. Conceito muito usado atualmente por políticos, acadêmicos e ativistas em todo o mundo, o termo “sociedade civil” é invocado para tudo, designando desde empreendimentos cívicos, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos até redes mundiais, organizações não-governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e movimentos sociais transnacionais (Cohen, 2003: 419).

Segundo Kardor (2003), a primeira interpretação dada à ideia de sociedade civil global estaria na associação aos novos movimentos sociais que emergiram após 1968 e o surgimento de redes transnacionais de ativismo na década de 90. Esses movimentos passaram a integrar pessoas de todas as partes do globo em torno de valores e objetivos similares, dando forma a um ativismo global.

Na contemporaneidade, o ativismo em prol da justiça global, se desenvolveu sobre importantes ações políticas internacionais (SMITH, 2007). É por meio dessas ações em escala global e atuando em redes que os movimentos sociais conseguem conectar indivíduos e fortalecer a sociedade civil, representando uma real possibilidade de transformação das estruturas sociopolíticas atreladas a constante busca por direitos e conquistas sociais.

O presente capítulo, analisa do ponto de vista teórico e conceitual, as definições e debates acerca dos movimentos sociais e sociedade civil global, elementos essenciais para ajudar na compreensão das ações coletivas transnacionais e seus impactos seja na esfera global ou local. Também será possível identificar o indivíduo como protagonista das lutas coletivas na busca pelo seu reconhecimento social e como isso alimenta os movimentos e fomenta as redes de ativismo. Ressalte-se que, as análises feitas subsidiam a compreensão acerca da internacionalização do movimento LGBT, objeto de pesquisa deste trabalho, assim como, contribuem para o debate sobre os movimentos sociais nas Relações Internacionais.

1.1 O DEBATE TEÓRICO SOBRE OS TRADICIONAIS E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O debate internacional acerca dos movimentos sociais tem sido analisado por muitos teóricos que buscam explicar como os movimentos se internacionalizam. Nesse contexto, as produções sobre movimentos sociais passaram a ser compreendidas a partir de duas grandes matrizes conceituais. A primeira corrente analisa os movimentos sociais a partir da vertente marxistas, de maneira a compreendê-los e identifica-los sob a perspectiva marxista da luta de classes, o que confere a eles a alcunha de movimentos sociais tradicionais (CASTELLS, 1974). A segunda, sustentada pela teoria da ação social, compreendido como novos movimentos sociais, tem como expoente por Alain Touraine.

Os movimentos sociais tomados como tradicionais têm o fator de classe como identidade e engajamento. Os movimentos que se articularam em práticas coletivas e passaram a questionar “a ordem capitalista através das contradições específicas da problemática urbana” (CASTELLS, 1974, apud DURIGUETTO, 2001, p. 68).

Desde o marxismo, interpretava-se os movimentos sociais com expectativas e reservas: por um lado, como fenômeno coletivo para impedir o colapso do capitalismo e, por outro lado, como fenômeno de mobilização, tendo em vista sua substituição pelo socialismo. Para os marxistas, os movimentos sociais são expressões coletivas de descontentamento social e de transformação social. (VIDAL, 1997, apud SILVA, 2001, p.17).

O Estado estava diretamente atrelado ao capital monopolista². Daí a importância dos movimentos como elementos capazes de pressionar o Estado no encontro com os anseios populares, visando à transformação da sociedade por meio da superação do capitalismo. Nessa análise feita, os movimentos sociais seriam os colaboradores para o caminho democrático que proporcionariam uma nova cidade e sociedade. “O Estado democrático torna hoje possível, mesmo no âmbito do capitalismo, decisivos avanços em seu seio por parte das forças socialistas. Isto porque o Estado não é uma entidade autônoma das classes, alheio à sociedade civil, e sim sua expressão” (CASTELLS, 1980, p. 27).

Por outro lado, Touraine (1991), em sua análise sobre os movimentos sociais passa a reconhecer o indivíduo na ação coletiva da sociedade, partindo da esfera da cultura e as mudanças a partir da ação individual. Nessa perspectiva, o sujeito seria um corpo

² O capitalismo monopolista é resultante de um processo de grande aumento da indústria e também da concentração da produção em empresas que se tornam cada vez maiores, e que, ao alcançar seu mais alto nível de desenvolvimento, necessitam da reunião – numa só empresa – dos mais diferentes ramos industriais combinados. Criam-se, portanto, os monopólios. O surgimento dos monopólios é uma lei geral que identifica o chamado estágio superior do capitalismo, ou melhor, o imperialismo como fase superior do desenvolvimento capitalista mundo-afora (LENIN, 1977)

heterogêneo, coletivo e não hierarquizado, mudando a forma de fazer política e valorizando as práticas sociais. Para o autor, os movimentos sociais seriam o ator mais importante para a concretização das mudanças sociais.

Um conceito analítico, teórico, que poderia ser visualizado através do estudo de conflitos onde atuem atores sociais que partilhem de um mesmo campo social - estejam no interior de um sistema de ação histórica - e que, através de sua prática social questionem a orientação da historicidade (PALHARES, 1991 www.ufmt.br/revista/).

De acordo com Touraine em palestra na USP³:

Um movimento social está formado por dois aspectos, que não podemos separar: um aspecto conflitivo, que consiste no enfrentamento de um ator com outro ator social. Por exemplo, uma classe social com outra classe social. Um enfrentamento que ocorre no interior de uma relação de poder, de dominação social. Esse é o primeiro aspecto. O segundo é uma orientação positiva em direção a valores centrais da sociedade. Não se trata, portanto, nem de uma visão puramente conflitiva, nem de uma visão participacionista, nem uma em termos de contradições, nem funcionalista. Minha ideia central mais simples é a de que o movimento social envolve um conflito entre atores opostos, mas que têm algo em comum: as orientações culturais (TOURAINÉ, 1991, p. 32).

O autor propôs três princípios que identificam um movimento social: o de identidade, o de oposição e o de totalidade. A identidade se refere ao modo como o ator define a si próprio. A oposição, quando “o ator se sente confrontado com uma força social geral num embate que coloca em causa orientações gerais da vida social” (BASTOS, 1983, p. 105). Já o princípio da totalidade seria a própria ação. De acordo com esses elementos, Touraine vai definir movimentos sociais como todas as manifestações de organizações coletivas que se desenvolvem baseados na prática social consciente e com fins de acarretar mudanças sociais.

De acordo com Duriguetto (2001), o campo de luta se desloca das relações macro para alcançar a realidade cotidiana de forma plural.

Os verdadeiramente novos movimentos sociais são mais culturais do que sociais. Em nossos países, o fato principal não é a industrialização, mas a produção e difusão industrializadas e maciças de bens culturais simbólicos, não materiais: linguagens, imagens e informações. [...] o conflito não se dá entre classes, mas sim entre o ator, como ator – eu prefiro dizer como sujeito – o sujeito como capacidade e vontade de ser uma pessoa, um indivíduo e o sistema de produção e comunicação de bens culturais, as indústrias culturais como dizem muitos (TOURAINÉ, 1991, p. 34/35).

O sentimento de injustiça compartilhado pelos sujeitos, serviria de motivação para as mobilizações e reações diante das injustiças. Esse contexto seria o responsável pelo

³ TOURAINÉ, Alan. In: O Retorno do Ator: Movimentos Sociais em Perspectiva. SEMINÁRIO INTERNACIONAL O RETORNO DO ATOR: MOVIMENTOS SOCIAIS EM PERSPECTIVA. In: Anais do Seminário Internacional O Retorno do Ator: Movimentos Sociais em Perspectiva. São Paulo, Faculdade de Educação, USP, ago. 1991.

surgimento de uma identidade comum que favoreceria as ações coletivas. De acordo com Martins (1992, p. 52) “sem que haja um sentido moral compartilhado não existe ação concreta. Intencionalidade, motivação e troca intersubjetiva são os elementos motrizes da ação”.

Touraine (1991) vai defender a autonomia dos movimentos sociais em relação aos partidos, intelectuais e outras organizações. O Estado é visto pelo autor como um agente de transformação, não se reduzindo apenas como um aparelho de poder. Para ele, os Estados estariam reestruturando a ordem com fins de proporcionar as transformações a partir da institucionalização das novas formas de relações (TOURAINÉ, 1982 apud GOHN, 1987).

O autor enxerga os movimentos sociais como conflitos de grupos que atuam em redes sociais e simbólicas, resultando em uma vontade coletiva. A atenção dos movimentos se deslocou do conflito do capital e trabalho que caracteriza os “velhos movimentos sociais”, e passa a se apropriar dos significados simbólicos e da subjetividade (REIS, 2000). Os novos movimentos sociais expressam um “Sistema onde se percebe um deslocamento das lutas: não mais em nome do proletariado, mas em nome de coletividades, onde há uma diferenciação entre as instâncias econômica, política e ideológica” (REIS, 2000, p. 21).

Os novos movimentos sociais nascem no final do século XX em decorrência das mudanças e transformações sociais, culturais e políticas. Compreende-se que os novos movimentos sociais extrapolam a questão do conflito de classes e incorporam novas reivindicações de minorias étnicas, culturais e identitárias (LACLAU, 2008). Segundo Gohn (2005), o movimento LGBT se enquadra nos “novos movimentos sociais”, uma vez que integra as ações coletivas chamadas de movimentos identitários que lutam por direitos. Esses mesmos movimentos possuem um caráter sociopolítico e cultural que permite que os grupos, comunidades e populações possam expressar e organizar um “projeto político” que embase seus objetivos e ações.

Esses movimentos trazem consigo perspectivas valorativas, que buscam a democratização social, mudanças de longo prazo e a participação da sociedade civil como agente das reivindicações sociais (ALONSO, 2009). Com todas as mudanças no cenário social e a inserção de novos atores não estatais, surgem novos temas para as agendas sociais e políticas, destacando-se nesse contexto, o debate acerca da sexualidade (TAQUES, 2007).

Esses novos movimentos sociais demandaram atendimento às suas especificidades culturais, o respeito às suas identidades e às suas diferenças, e políticas que

considerem o lado subjetivo das ações humanas – seus desejos, sentimentos, sonhos e emoções e não apenas carências materiais; políticas que resgatassem a autoestima dos indivíduos e o sentimento de pertencimento a uma dada comunidade (GOHN, 2005, p.76).

Eles trabalham em prol do reconhecimento de direitos, sejam eles sociais culturais e/ou civis. O que os diferenciam dos demais, é que não estão mais concentrados em sindicatos ou partidos políticos, mas sim, no conjunto de indivíduos integrados a uma comunidade de similares valores e identidade.

De acordo com Jeffrey Weeks, tem havido um

Ativo repensar da política, sob o impacto dos novos movimentos sociais e da política e identidade da geração passada, com suas lutas em torno da raça e da etnia, do gênero, da política lésbica e gay, do ambientalismo e da política do HIV e da AIDS (WEEKS, 1994, p.4)

Esses movimentos passaram a questionar as políticas tradicionais sustentadas nas classes sociais, passando a dirigir-se às identidades particulares dos seus integrantes. A política de identidade passou a definir esses novos movimentos sociais em uma nova perspectiva, na qual concentrava-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem aos grupos marginalizados e oprimidos (HALL, 2014). “Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica” (HALL, 2014, p. 35).

Os novos movimentos sociais têm apresentado frequentes questionamentos acerca de duas concepções que determinam o caráter fixo da identidade: 1) O chamado “reducionismo de classe”, baseado na análise que Marx fez, considerando que as relações sociais são determinadas pela base material da sociedade. Assim as questões de gênero estariam “deduzidas” das posições de classe social; e 2) os novos movimentos sociais passaram a questionar o essencialismo da identidade e sua fixidez como algo “natural” (HALL, 2014). A política de identidade “é uma luta entre sujeitos naturais; é uma luta em favor da própria expressão da identidade, na qual permanecem abertas as possibilidades para valores políticos que podem validar tanto a diversidade quanto a solidariedade” (WEEKS, 1994, p. 12).

Esses Movimentos se apropriaram do termo sociedade civil global e construíram a concepção de ativismo, nos quais frequentes questionamentos são feitos relacionados à paz, ao gênero, aos direitos humano e ao meio ambiente (KALDOR,2003). O surgimento das redes transnacionais e de movimentos antiglobalização contribuiu para a popularidade do termo.

“A sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade, para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações

simbólicas e pressões políticas. Esses níveis ora são expressões de interesses mais restritos, mais específicos, mais particularizados ou localizados, ora referem-se à articulação de constelações mais amplas, mais universais ou mais globalizadas” (SCHERER-WARREN, 2012, p26).

A inserção da ideia de uma sociedade global é fruto da produção dos novos discursos que passaram a ressaltar as alterações do sistema internacional e nos processos de globalização (MISHRA,2012). A sociedade civil global permitiu que houvesse a possibilidade de expansão da ação social e passou a ser reconhecida por sua esfera de múltiplos canais de ação transnacional, que passam a se interconectar para além da esfera local, criando “Comunidades imaginárias” com alcance regional ou global (BENESSAIEH, 2011).

Conforme Castells (2008) existem quatro categorias de sociedade civil. A primeira delas é a sociedade civil local, que dedica seus esforços para limitar os efeitos da globalização em sua comunidade. A segunda categoria são organizações não governamentais, que atuam sobre referências internacionais. A terceira são os movimentos sociais transnacionais, que produzem redes em prol de objetivos comuns. E a última categoria são os movimentos de opinião pública, que surgem em períodos de incertezas no sistema midiático e acompanham a ascensão de mídias alternativas.

A ideia de uma cidadania global indica a transformação do Estado moderno a partir e forças sociais transnacionais. Esse conceito foi defendido por Kant em na Paz Perpétua que identificou “o fenômeno de uma esfera pública mundial, que hoje está se transformando em realidade pela primeira vez com as novas relações de comunicação global”.

O processo pelo qual todos os povos da terra estabeleceram uma comunidade universal chegou a um ponto em que a violação de direitos em uma parte do mundo é sentida em toda parte, isto significa que a ideia de um direito cosmopolita, não é mais uma ideia fantástica o extravagante. É um complemento necessário ao direito civil e internacional, transformando-o em direito público da humanidade (ou direitos humanos); apenas sob esta condição (a saber, a existência de uma esfera pública em funcionamento) podemos nos gabar de estarmos continuamente avançando em direção à paz perpétua (KANT, 1992, p. 25).

A sociedade civil global nasce não como uma estrutura, mas como um conjunto de atores internacionais que trabalham no monitoramento de questões que estão fora do controle de cada Estado (TEIXEIRA, 2001). Esses atores apresentam sua relevância na medida em que capacitam indivíduos, grupos e organizações para se engajarem nas diversas questões transfronteiriças e para redefinir a ordem global.

Scherer-Warren (2012), afirma para que um movimento seja considerado um movimento social, o mesmo deve possuir: identidades e significados comuns e inteligíveis, uma figura de oposição definida, um projeto de utopia, reconstrução ou resistência e que o

movimento tenha capacidade de sustentar o confronto político. Diante dessas características, percebem-se fortes similaridades com a luta LGBT nos diferentes períodos históricos, na qual a luta pelo reconhecimento fortalece vínculos globais que se sobrepõe as condições culturais, econômicas políticas e territoriais.

Os movimentos sociais transnacionais ou globais conformam a Sociedade Civil Global e são compreendidos pelas Relações Internacionais e pelas Ciências Sociais enquanto movimentos cuja origem remonta de uma localidade e se vincula a outras regiões superando os limites do estado nacional. As conexões transnacionais entre ativistas e movimentos que ultrapassam os limites geográficos são compreendidas pelas RIs por meio da assunção do papel dos atores não estatais.

Com o advento da globalização, os movimentos sociais passaram a se utilizar de ferramentas fornecidas pela Era da informação e pela revolução tecnológica. Com isso, as ações passaram a ultrapassar os limites das fronteiras e a representar a insatisfação de uma sociedade civil global. De acordo com Alberto Melucci, “um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (MELUCCI, 2001, p. 35).

Nos novos movimentos transnacionais, as tensões entre organizações e indivíduos diferentes são reduzidas pelo desenvolvimento de identidades flexíveis. Se os movimentos antigos enfatizavam a igualdade – entendida como uma “comunidade de iguais” – os ativistas nas mobilizações transnacionais contemporâneas enfatizam a diversidade como um recurso positivo para os atores coletivos. Campanhas concretas em comum são percebidas não apenas como construídas sob um denominador mínimo comum, mas como a base para o desenvolvimento de um entendimento compartilhado da realidade externa. Apesar dos pertencimentos múltiplos, os ativistas enfocam o papel importante da “subjetividade” e envolvimento individual. A identificação com causas globais não exclui outros tipos de identificação (Della Porta & Tarrow, 2005, p.240).

De acordo com Della Porta e Tarrow (2005), uma corrente de pesquisas sobre movimentos sociais, têm identificado três etapas no processo de transnacionalização desses movimentos: 1) difusão; 2) domesticação e 3) externalização. A difusão representa a disseminação das ideias e práticas dos movimentos de um país a outro; a domesticação, é o processo de internalização em território doméstico dos conflitos que tiveram origem fora; e externalização, representa o desafio enfrentado pelas instituições supranacionais em intervir em problemas e conflitos domésticos.

Esses processos são todos importantes e parecem estar disseminados. No entanto, a recente evolução do foco dos movimentos sociais focando em ‘justiça global’, paz e guerra, ou ambos, sugerem alguns processos adicionais. O mais importante deles, é o que nós chamamos de ‘ação coletiva transnacional’ (DELLA PORTA; TARROW, 2005, p.2).

Os movimentos sociais passaram a sofrer processos de transnacionalização por meio das ações coletivas transnacionais. Eles apresentam novos meios de organização que alguns autores chamam de redes submersas de grupos, pontos de encontros e circuitos de solidariedade. Essa característica registra o fenômeno das ações coletivas em redes (MELUCCI, 2001). Os ativistas que antes atuavam em causas distintas, agora passam a estabelecer conexões em torno de temas em comuns. O clamor de um grupo local passa a ultrapassar a dimensão local, alcançando o internacional, o transnacional e o global.

Sendo assim, os movimentos sociais transnacionais se organizam na forma de redes e vêm sendo conectados cada vez mais com um grande número de pessoas. Isso passou a ser possível, graças aos avanços tecnológicos advindos da Era da Informação. No processo de facilitação da comunicação e a interação entre os espaços políticos e as ações coletivas, as redes transnacionais contribuem com o desenvolvimento das práticas e ideias na esfera local com reflexos em ações em nível global (GOODWIN; JASPER, 2009, p.245).

Diani (2005) classifica como globais as questões que de alguma forma estão relacionadas ao advento da globalização. O termo global também é associado pelo autor aos temas frequentemente tratados pela agenda dos “novos movimentos sociais”, incluindo meio-ambiente, gênero. O ator coletivo apresenta-se nesse contexto de forma dupla: como aquele que sofre os impactos do processo global; e como aquele que age ou reage em circunstâncias globais.

Há fortes indícios de que determinados sujeitos sociais têm se inserido nos interstícios desse processo de globalização, dando-lhes um sentido inteiramente novo e de integração à nova ordem que vem se desenhando, emprestando-lhes um sentido que não tem sido posto pelas análises globalistas” (Gonçalves, 2004, p.187).

De acordo com Smith (2007), os movimentos se organizam em torno de questões que necessitam de respostas internacionais para sua solução ou para a ampliação dos debates. E os avanços tecnológicos contribuíram com a consolidação de uma estrutura descentralizada dos movimentos sociais e a ampliação das vozes dos marginalizados (SMITH, 2007).

[...]o global não é um domínio em si mesmo, separado do regional, do nacional, do provincial, do local e do familiar. Não existe nenhuma circunstância puramente global, apartada de outros espaços, assim como nenhum domínio familiar, local, provincial, nacional ou regional estão selados de outras arenas geográficas (Scholte, 2002, p.27).

A transnacionalidade pode ser considerada como uma forma de integração de uma realidade sociopolítica, ausente de uma realidade territorial, que apresenta outros níveis de integração por meio de um eixo transversal. Os processos de globalização passaram a

contribuir significativamente com a relação da esfera local com a global, permitindo o surgimento de identidades em âmbito internacional. Essas “novas identidades” passaram a ser reconhecidas pelos autores como a construção do espaço político global e multidimensional, a formação de uma cidadania global e o realinhamento da democracia para além das fronteiras nacionais (VIEIRA, 2001).

Os movimentos LGBT podem ser compreendidos enquanto atores no âmbito da sociedade civil globais, capazes de acarretar transformações significativas na sociedade com repercussões internacionais através do seu ativismo e capacidade de promover o engajamento pela empatia em torno da luta pelos direitos da população LGBT. Isso só foi possível graças à atuação das primeiras ações de militantes que assumiram a responsabilidade de construir uma sociedade mais tolerante para as novas gerações LGBT que estavam por vir.

No caso do movimento LGBT, é identificado que o processo de transnacionalidade ocorre inicialmente nos grandes centros urbanos, nas chamadas “cidades globais”. Inicialmente esse termo foi utilizado por Patrick Geddes (1915), e foi um conceito associado integralmente a questões econômicas. Mas foi Hall (1997) que vai trazer uma ampla interpretação ao conceito, que muito irá contribuir para a compreensão da globalização e seus impactos, o que inclui os movimentos sociais transnacionais.

São centros de poder político, tanto nacional como internacional, e de organização governamental; centros de comércio nacional e internacional, agindo como entrepostos para seus países e às vezes para países vizinhos; ainda, centros bancários, de seguros e serviços financeiros em geral; centros de atividade profissional avançada, na medicina, no direito, em estudo avançado, e de aplicação de conhecimento científico na tecnologia; centros de acúmulo de informação e difusão através da mídia de massa; centros de consumo sejam de artigos de luxo a uma minoria ou de produtos de produção em massa; centros de artes, cultura, entretenimento e de atividades auxiliares relacionadas (Hall, 1997).

A forte influência de cidades como Nova York e São Francisco na internacionalização da causa LGBT, assim como, São Paulo e Rio de Janeiro foram peças fundamentais para a domesticação do movimento no Brasil, e expresso a concepção de Friedmann, de que não mais será possível explicar os fenômenos econômico-político-sociais de regiões locais sem pensar em uma visão global dos fatos e repensando as relações das cidades entre si e sua importância para o mundo (FRIEDMANN, 1982).

Uma mudança significativa que aconteceu na era da globalização foi o surgimento de uma nova rede global, na qual as grandes cidades do mundo seriam as principais articuladoras de valores. (CASTELLS, 1989) “A globalização não é somente resultado deste novo sistema

de técnicas, mas também resultado das ações que garantem a eficácia dos processos políticos na atualidade” (SANTOS, 2001, p. 24).

Hall afirma que “inevitavelmente, as cidades mundiais têm se tornado os lugares onde a informação é reunida e disseminada” (HALL, 1966, p.7). É baseado nessa afirmação que será possível compreender como os movimentos e ações coletivas ganham a dimensão internacional, a partir da disseminação de valores e informação que estarão fomentando as redes de ativismos e o ideal de cidadania global. As cidades globais passaram a ocupar lugar estratégico nos processos da globalização e no fortalecimento das lutas sociais em prol de causas que ultrapassaram os limites territoriais e ganharam o debate global. É por esse aspecto que se identifica a importância das cidades globais para se compreender a transnacionalização da causa LGBT.

Esses novos movimentos tornaram-se atores globais a partir da empatia de pessoas que ao vivenciarem situações semelhantes, passam a integrar as redes de ativismos. Como mencionado anteriormente, os movimentos transnacionais integram em nível internacional pessoas que compartilham experiências de violação, desrespeito ou injustiça, contribuindo para a causa a qual elas estão integradas. Nessa observação, é preciso analisar o princípio do reconhecimento social como elemento fundamental para a formação dos movimentos sociais. Na seção a seguir, será analisada a contribuição de Axel Honneth para a compreensão da ação individual no desenvolvimento dos movimentos e da luta coletiva.

1.2 A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O filósofo e sociólogo alemão, Axel Honneth, em sua obra “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais” irá trazer uma forte contribuição aos movimentos sociais, ao apresentar como os indivíduos e grupos sociais se inserem na sociedade atual através das ações coletivas. Honneth afirma que isso acontece por meio de uma luta por reconhecimento intersubjetivo. Para o autor, toda luta por reconhecimento inicia-se por meio de uma experiência de desrespeito.

Todo seu estudo está relacionado com a psicologia social de George Herbert Mead, na qual a experiência do desrespeito (não reconhecimento) seria a fonte emotiva e cognitiva da resistência social e dos levantes coletivos, permitindo que lutas passassem a ter dimensões fundamentais para os avanços sociais. É também baseado nos estudos do filósofo Hegel, que Honneth estabelece três princípios fundamentais no processo de reconhecimento: as ligações emotivas fortes (amor); a adjudicação de direitos (direito) e a orientação de valores (estima social) (HONNETH, 2003).

São as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, na tentativa de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio das quais vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades. (HONNETH, 2003, p. 156).

Esse novo conceito de reconhecimento intersubjetivo na autorrealização dos indivíduos e na construção da justiça social, passa a ser um elemento importante e capaz de fornecer múltiplas análises sobre itens fundamentais no processo do reconhecimento social, a exemplos dos efeitos das políticas públicas inclusivas, os desrespeitos cometidos pela maioria sobre as minorias, os conflitos raciais, o desrespeito aos direitos humanos e a efetividade dos direitos fundamentais previstos constitucionalmente (VALENTE; DE CAUX, 2010).

A esfera do amor proporciona ao sujeito um processo de confiança em si mesmo, que é indispensável no processo de autorrealização pessoal; na esfera jurídica, o indivíduo é reconhecido como autônomo e moralmente imputável, desenvolvendo uma relação de autorrespeito; já na esfera da estima social, a pessoa é reconhecida como digna de estima social. Esses três elementos destacados pelo autor como fundamentais para o reconhecimento intersubjetivo, correspondem à reversão da tríade do desrespeito: a violação, a privação de direitos e a degradação. Para Honneth, o desencadeamento dos conflitos sociais seria fruto dessas formas de não reconhecimento. (VALENTE; DE CAUX, 2010).

Ora, nem todas as três esferas de reconhecimento contêm em si, de modo geral, o tipo de tensão moral que pode estar em condições de pôr em marcha os conflitos ou querelas sociais; a luta só pode ser caracterizada de “social” na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto coletivo. Segue-se daí primeiramente, com olhar voltado para as distinções efetuadas, que o amor, como forma mais elementar do reconhecimento, não contém experiências morais que possam levar por si só a formação de conflitos (...) Em contrapartida, as formas de reconhecimento de direito e da estima social já representam um quadro moral de conflitos sociais, porque dependem de critérios socialmente generalizados (HONNETH, 2003, p. 256)

O autor deixa claro em sua obra que o reconhecimento de conflitos com critérios socialmente generalizados são os propulsores de um conflito social, pois estes atingem uma esfera coletiva: “O engajamento nas ações políticas permite também aos indivíduos a função direta de os arrancar da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte uma autorrelação nova e positiva” (HONNETH, 2003, p.259), Honneth irá compreender o processo de formação do espírito subjetivo.

Ampliando-o passo a passo de modo que abarque as condições necessárias da autoexperiência da consciência individual; o resultado desse procedimento reconstrutivo deve esclarecer quais experiências, repletas de exigências, um sujeito precisa ter feito ao todo antes de estar em condições de conceber-se a si mesmo como uma pessoa dotada de “direitos” e, nessa medida, poder participar então na vida institucionalmente regulada de uma sociedade, isto é, no espírito efetivo (HONNETH, 2003, p.73)

A identidade do indivíduo irá ser definida por um processo intersubjetivo mediado pelo reconhecimento. É na ausência de reconhecimento intersubjetivo e social que se encontra então o motor dos conflitos sociais. As modalidades de reconhecimento intersubjetivo são essenciais ao processo de socialização humano e preestabelece qualquer forma estruturada de organização social e política, é a partir delas que os sujeitos e atores sociais podem passar a constituir ações coletivas que têm como objetivo a luta por reconhecimento (HONNETH, 2003). A luta por reconhecimento move os atores sociais a atuarem em coletividade, na busca de um bem comum para o grupo, à experiência do desrespeito é o ponto que liga cada um destes atores.

A seguir os elementos fundamentais para a luta por reconhecimento, segundo Honneth (2003).

A. AMOR

O elemento amor adotado por Honneth refere-se a uma visão abrangente que se caracteriza nas relações afetivas entre pais e filhos, amigos e outros pequenos grupos. O amor seria todas as relações amorosas primárias, ligações emotivas fortes entre pessoas (HONNETH, 2013). O amor é definido como uma forma de afeto recíproco, no qual os sujeitos irão externalizar suas carências emocionais no processo de reconhecimento intersubjetivo. Para deixar claro sua análise, Honneth estudou a forma pela qual se estruturam as relações de reconhecimento da mãe e filho a partir dos registros do psicanalista inglês Donald Winnicott. Nos primeiros meses de vida do bebê, a mãe destina toda sua energia e tempo para cuidar da criança, mas no decorrer dos meses a mãe passa a dedicar mais tempo às atividades diárias e menos ao bebê, o que acarreta o início do processo recíproco de individualização e independência.

Com esse exemplo, Honneth vai demonstrar as principais características da primeira experiência de reconhecimento vivido pelo indivíduo, na qual o bebê passa a desenvolver o “eu” diferenciando suas características com o ambiente a sua volta. É nas relações familiares, na amizade e no relacionamento sexual, que o processo de reconhecimento negado se concretiza pelos maus-tratos ou violação. Essa seria uma forma de desrespeito na qual o indivíduo vê questionada a confiança no outro e em si mesmo. Tal desrespeito pode afetar não só a integridade física da criança ou do adulto, mas também a integridade psíquica e social (PONCHIROLLI; SANTOS FILHO, 2011)

Na esfera do amor, o indivíduo forma seu juízo de amor próprio, essa dimensão é analisada com pouco impacto à formação de conflitos, tendo em vista que não há elementos de universalização que levam os indivíduos a se organizarem enquanto movimentos sociais. Honneth deixa claro que o desrespeito ao direito e a estima social é uma das mais importantes esferas da constituição dos conflitos sociais.

O autor é bastante enfático ao afirmar que, em um contexto social mais amplo, ou seja, nas relações intersubjetivas impessoais que configuram as práticas sociais, a dimensão do amor se vê pouco profícua à formação de conflitos sociais por lhe faltar, justamente, os elementos de generalização e universalização implícitos nas esferas do direito e da estima social (MORAES, 2006, p.67)

B. DIREITO

O processo de individualização se inicia na família e em seguida há uma universalização da gramática moral dos direitos afetivos da família, por meio do reconhecimento fundamentado no respeito cognitivo e não apenas na afetividade. Os indivíduos passam a aceitar o outro como uma pessoa de direitos. As relações de direito expressam claramente o caráter cognitivo do reconhecimento.

Para o direito, Hegel e Mead perceberam uma semelhante relação na circunstância de que só podemos chegar à compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um “outro generalizado”, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoas de direitos, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões (HONNETH, 2003, p. 179)

A partir do não reconhecimento dos direitos individuais, o sujeito sente sua integridade social ameaçada, o que pode desencadear um processo de luta pelo reconhecimento. Os conflitos provocam conseqüentemente a reconciliação que, por sua vez, leva à evolução da moralidade social, isso acontece a partir do reconhecimento do outro como sujeito de direitos e como o indivíduo se identifica como possuidor de direitos. Sendo assim, o padrão de reconhecimento baseado no direito que possibilita um respeito mútuo entre as pessoas torna-se a base para a formação do autorrespeito no indivíduo (HONNETH, 2003).

Nas sociedades contemporâneas democráticas o direito funciona como meio de combate a qualquer forma de privilégio ou exceções, a partir da ideia na qual todos os indivíduos são considerados iguais perante a lei. Partindo dessa ideia, adota-se a concepção de que há três esferas fundamentais do direito: 1) o direito fundamental à liberdade; o direito à participação de todas as esferas públicas; e o direito que possibilita o bem-estar de todos os indivíduos da sociedade. Essas categorias, quando plenamente reconhecidas, permitem a formação individual do autorrespeito (PONCHIROLLI, SANTOS FILHO, 2011).

C. SOLIDARIEDADE OU ESTIMA SOCIAL

Para poderem chegar a uma autorelação infrangível, os sujeitos humanos precisam, além de experiência da dedicação efetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permite referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas (HONNETH, 2003, p. 198)

A estima social se configura nas propriedades particulares que descrevem os seres humanos em suas diferenças pessoais (HONNETH, 2003). Esse terceiro elemento do reconhecimento está determinado por um reconhecimento do grupo com características pessoais que estão presentes ao mesmo tempo nos valores que o grupo estima e que pertencem ao sujeito.

A partir dos escritos de Mead e Hegel, Honneth afirma se possível identificar a existência de um novo padrão do reconhecimento sustentado em um reconhecimento intersubjetivo dos valores, demonstrando o respeito aos valores, em comparação ao segundo elemento que demonstra o respeito aos direitos. A estima social é determinada por fatores socioculturais do grupo. Ela representa um conjunto de valores que são socialmente internalizados como superiores e que está presente em determinados indivíduos. O reconhecimento do grupo dos valores e capacidades do indivíduo representa, então, o processo da solidariedade (PONCHIROLI; SANTOS FILHO, 2011)

Honneth propõe, que a estima social seja determinada por concepções de objetivos éticos, que predominam numa sociedade, as formas que elas podem assumir são de uma grandeza não menos variável historicamente do que o reconhecimento jurídico” (HONNETH, 2003). Dessa forma, a solidariedade tem uma abrangência muito maior e pode definir o processo de reconhecimento da comunidade de valores.

Baseado nas formas de reconhecimento apresentados aqui, o indivíduo tem, ao mesmo tempo sua individualização, perante suas características próprias, e a igualização diante aos outros. Negar esse nível de reconhecimento pela degradação, privação e ofensa, seria privar o sujeito de sua honra e dignidade. Portanto, segundo Honneth, as relações solidárias são aquelas em que há a tolerância e o interesse afetivo pelas particularidades do outro (PONCHIROLI; SANTOS FILHO, 2011)

As experiências de sofrimento são fontes motivadoras que permitem que os indivíduos se engajem em lutas coletivas com o objetivo de ampliar as relações de reconhecimento. De acordo com Honneth (2003), o sofrimento proporciona aos sujeitos um

tipo de indignação moral, e a partir disso, o mesmo se articularia a outros que vivenciaram as mesmas experiências.

Uma luta social pode ser definida como um processo prático nas quais experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 257).

Não basta que os indivíduos tenham a percepção dos prejuízos morais, mas que tenham a capacidade de articulá-los com outros sujeitos que possuem vivências semelhantes, “num quadro de interpretações intersubjetivo que os comprovam como típicos de um grupo inteiro” (HONNETH, 2003, p. 258). No processo de compartilhamento das experiências comuns, as pessoas passam a denominar e trazer a existência de seus sofrimentos para os outros. “O surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (HONNETH, 2003, p. 258).

As experiências de sofrimento compartilhadas criam uma ponte resistente que possibilita a construção de uma identidade coletiva e desenvolve laços capazes de transformar a luta pessoal em uma luta coletiva. Essa identidade que formaliza a existência de um grupo gera um “horizonte subcultura de interpretações dentro do qual as experiências de desrespeito, até então desagregadas e privadamente elaboradas, podem tornar-se os motivos morais de uma luta coletiva por reconhecimento” (HONNETH, 2003, p. 259). Nesse contexto, é preciso que o sofrimento seja vivenciado epidemicamente (ZURN, 2005). É esse mecanismo que antecede as medidas e a racionalização de produzir ações políticas.

Tem-se que a partir de uma linguagem comum se identifica o desrespeito, de modo que os sujeitos passem a lutar numa estrutura coletiva com o propósito de alterar as estruturas normativas e compartilhar para fora os sentidos construídos internamente no grupo. Os movimentos sociais assumiriam o papel de pontes semânticas que conectam as aspirações dos grupos às relações sociais de reconhecimento (HONNETH, 2003).

A ideia do compartilhamento dessas experiências sofridas pode ser compreendida como a solidariedade, como a “capacidade dos autores em reconhecer os outros e serem reconhecidos como partes integrantes da mesma unidade social” (MELUCCI, 1996, p. 23). Seria esse elemento o ponto de construção de um *nós*, que exige algo em comum capaz de gerar a motivação de uma luta social. Melucci (1996), afirma que o elo constitutivo dos movimentos

sociais é caracterizado pelo compartilhamento de experiências e da definição do grupo acerca do que é justiça e igualdade.

Essa semântica coletiva compreendida por Honneth, não se trata apenas da junção de pessoas que sofrem juntas, mas sim, de uma construção de sentidos produzidos intersubjetivamente no grupo que busca transformação social e a politização das dores individuais. É nesse contexto que o reconhecimento se torna um elemento vital. Assim, a Teoria do Reconhecimento busca compreender como os movimentos sociais tornam-se possíveis diante da construção de um sentido de coletividade, de algo em comum que liga os sujeitos e o engajamento nas ações.

Diante dessas análises, a seguir, será explanada a perspectiva histórica do movimento LGBT norte-americano e brasileiro, e assim, se tornará possível identificar os elementos abordados neste capítulo. As características de um novo movimento social, a atuação enquanto parte da sociedade civil global e seu ativismo e o caráter transnacional são claramente percebidos na construção da causa. Já a teoria do reconhecimento social será um elemento de conexão que permitirá compreender o conceito de identidade e de pertencimento LGBT.

Diante de todo o exposto, chega-se à conclusão de que os movimentos LGBT integram indivíduos que de alguma forma têm seus direitos violados e não reconhecidos, possibilitando o surgimento das conexões que resultarão na redes de ativismo. E essa luta por reconhecimento é propulsora de movimentos de resistência política, caracterizada por Honneth como uma forma de recuperação de reconhecimento. Nos movimentos sociais os conflito e as identidades são elementos centrais para a luta por reconhecimento, e peças importantes para formação das ações coletivas.

O surgimento dos movimentos identitários permitiu que novos temas ganhassem as agendas internacionais de direitos humanos. Logo, a questão da sexualidade passou a ser uma temática que ganhou destaque e fomentou as lutas por gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Neste capítulo, buscou-se compreender o debate teórico-conceitual dos movimentos sociais a fim de compreender o movimento LGBT dentro do contexto analítico das pesquisas sobre o tema, assim como, a importância da ação individual como mola propulsora das ações coletiva.

Depreende-se assim, que as lutas sociais são capazes de promover o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas, fundamental para o pluralismo das lutas e para que os indivíduos se percebam como cidadãos de iguais direitos e de uma mesma comunidade política.

CAPÍTULO II: PERSPECTIVA HISTÓRICA DO MOVIMENTO LGBT NORTE-AMERICANO E BRASILEIRO.

A partir de uma perspectiva histórica, analisa-se os marcos da luta dos movimentos LGBT, nos EUA e no Brasil, que buscaram transformar temáticas e problemas característicos da comunidade em assuntos de ordem pública, tentando assim, acarretar mudanças significativas nas esferas do direito e da cidadania. No intuito de compreender os movimentos LGBT como um ator internacional, partiu-se da ideia de premissa de movimentos sociais globais e da Sociedade Civil Global e do diálogo teórico acerca do processo de reconhecimento social. É a partir dos elementos discutidos no capítulo 1 que se busca compreender a construção da identidade LGBT transnacional. Os casos norte-americano e brasileiro evidenciam os principais marcos que fazem da causa LGBT uma causa que extrapola as fronteiras nacionais, como será verificado na análise a seguir.

Aprender os novos movimentos sociais em torno da causa LGBT será o primeiro passo, em especial aqueles que ganham relevância no âmbito da Sociedade Civil Global, uma vez que a partir da articulação mundial, é criada uma rede de ativismo que repercute nas lutas locais. Nesse sentido, é importante ressaltar o papel das ações coletivas na conquista e garantia de direitos e no aprofundamento dos debates sociais atrelados a um projeto político-ideológico para causa em análise.

Partindo da observação dos Movimentos LGBT como objeto de pesquisa, busca-se investigar os fatos históricos que permitiram que os movimentos ganhassem notoriedade internacional. É no contexto histórico norte-americano que se encontra a origem das grandes mobilizações em prol da libertação das pessoas LGBT, sendo aquele fecundo para se identificar os marcos históricos e os reflexos políticos acarretados pelo nascimento do ativismo nos EUA, em especial em São Francisco.

O caso americano influenciaria a luta pelos direitos LGBT em todo o mundo, promovendo o ativismo global em torno da causa, a exemplo das repercussões identificadas no Brasil. Este país tem se tornado expoente da luta pelos direitos dos grupos LGBT no período recente, se tanto em termos da magnitude de suas mobilizações sócio-políticas, como se verá com relação as “Paradas LGBT”, quanto pelas propostas de ampliação dos direitos em âmbito internacional, o que não ocorreria sem a resistência de setores tradicionais da sociedade.

Este capítulo resgata o histórico do movimento LGBT, de maneira a apresentar os elementos que marcaram o início desta luta nos EUA, compreender suas repercussões e os

desdobramentos na realidade brasileira. Ainda, dedica-se a apresentar como a Organização das Nações Unidas tem incorporado em suas lutas por direitos humanos, a causa LGBT.

Dessa forma, a preocupação deste capítulo é apresentar e analisar a contextualização histórica que endossa os conhecimentos acerca dos movimentos LGBT, enquanto movimento transnacional e sua contribuição no reconhecimento social vivenciado pelas comunidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no que pode ser verificado nos debates internacionais acerca dos direitos civis e na efetividade dos direitos humanos.

2.1 O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO GAY EM SÃO FRANCISCO

O movimento que defende os direitos dos homossexuais teve início na Europa, no início dos anos de 1960, tendo como objetivos a não criminalização da homossexualidade e a luta pelo reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais. Foi apenas a partir da década de 1960, no entanto, com a explosão dos movimentos sociais de minorias (étnicas e sexuais) e com o fortalecimento dos estudos de gênero, que se verifica a organização na luta por direitos de igualdade em todo o mundo. A internacionalização das lutas caracteriza uma real evolução dos movimentos LGBT contemporâneo (FERRARI 2003).

É emblemática nesta luta a Revolta de Stonewall, ocorrida em Greenwich Village, bairro nova-iorquino, em 27 de junho de 1969, quando por três dias pessoas LGBT resistiram a mais uma ação policial violenta no “The Stonewall”, um bar gay. Na literatura sobre o tema, os motins de Stonewall são vistos como o ato inicial do movimento de libertação gay e um ponto de viragem na história da vida gay nos Estados Unidos e no mundo (DUBERMAN 1993). A partir daí o movimento ganhou ampla dimensão e visibilidade, principalmente nas grandes cidades. Segundo Castells (2002), em 1960, havia cerca de 50 organizações que lutavam pelos direitos LGBT em todo o território americano; em 1973, esse número passa para 800. Assim, os pesquisadores comumente dividem a história gay em duas épocas — “antes de Stonewall” e “depois de Stonewall” (D’EMILIO 1983).

Estatisticamente, Nova York e Los Angeles abrigavam as maiores populações gays, porém São Francisco era o local onde se concentrava uma comunidade gay organizada e politizada, que ao longo dos anos seguintes transformou a cidade em seu espaço, influenciando a cultura e política local. Este movimento foi unificado em torno de “um radical e revolucionário político-social objetivo que permitisse a livre expressão do amor sem estigmas sociais ou de opressão política” (MEYER ,2003, p 139). Para Castells (2002), as

populações gay e lesbiana em São Francisco representavam 17% dos residentes adultos da cidade no início da década de 1980, e analisando o alto índice de comparecimento às urnas, chegavam a representar cerca de 30% do número total de eleitores nas eleições municipais, o que possibilitou o engajamento político e as primeiras conquistas em prol da comunidade.

As populações gay e lesbiana de São Francisco cresceram, em decorrência do aumento do número de lésbicas, aumento da imigração gay e o estabelecimento de parcerias estáveis entre pessoas do mesmo sexo. Algumas áreas da cidade se tornaram regiões “gays”, com a formação de comunas, que se caracterizaram pela presença de resistência, negócios, propriedades, bares, restaurantes, cinemas, centros culturais, associações comunitárias, enfim, uma malha de vida social e cultural (CASTELLS, 2002).

Essa forte presença permitiu que gays e lésbicas se organizassem politicamente, exercendo influência na governança local. A concentração territorial é uma marca da cultura LGBT nas grandes cidades dos EUA, o que ocorre por dois motivos: 1) conseguir visibilidade; e 2) obter proteção. De acordo com Wirth (1987), as minorias tendem a se segregar no espaço urbano, criando áreas de moradia e satisfação das necessidades de seus indivíduos, fortalecendo os laços de solidariedade. Harry Britt, líder político dos gays de São Francisco, afirmava que: “Quando os gays estão dispersos, não são gays porque são invisíveis”. (CASTELLS, 2002, p. 252.)

A busca por lugares de encontro e maior interação social sempre foi uma característica da comunidade gay que, como alternativa, buscava e ainda busca refúgio em determinados pontos das grandes cidades dos quais se apropriava. E não havendo esses lugares de interação, eles são criados. (NUSSBAUMER, 2001, p. 4)

De acordo com os registros de Stryker (1996), São Francisco sempre foi uma cidade conhecida como um lugar de aventureiros, de padrões regidos pela tolerância e um berço de liberdade. A *Barbary Coast* era identificada por ser um local de encontros entre marinheiros, viajantes, empreendedores, rebeldes etc. (HEBERT, 1933). Foi então que na década de 20, os residentes da cidade decidiram torna-la respeitável sob as sombras da Igreja Católica, que conseguiu essa proeza graças aos operários católicos irlandeses e italianos que protagonizaram um movimento reformador que atingiu o poder público local e as forças policiais, passando a reprimir todos os “desviados”.

Outro ponto importante da história da cidade foi durante a Segunda Guerra Mundial, visto que São Francisco tinha o principal porto da costa do Pacífico dos EUA (STRYKER, 1996). Centenas de jovens, homens e mulheres, estavam de passagem pela cidade de tempos em tempos. Sós, longe de suas raízes, vivendo sob o julgo da guerra, sem a certeza de que

estariam vivos em breve, passavam a compartilhar tais sentimentos com companheiros do mesmo sexo, levando a que se descobrissem ou escolhessem a homossexualidade como estilo de vida (CASTELLS,2002).

Muitos desses jovens foram expulsos das forças armadas em decorrência da orientação sexual, levando-os a chegarem a estabelecerem residência. Essa comunidade que começava a se formar passava a se encontrar com regularidade em bares e construir redes de apoio e solidariedade. Assim, foi a partir de 1940 que uma cultura gay começou a tomar forma (GRAVES & WATSON, 2015)

O nascimento de novos estilos de vida alternativos em São Francisco, a exemplo da geração *Beatnik*⁴, que permitiu que a cultura gay saísse do seio da comunidade e ganhasse as ruas. “Eles desafiaram a velha ordem, buscando respostas no estudo do existencialismo e das filosofias do Oriente, escrevendo poesia, ouvindo jazz e música folk, adotando uma filosofia sexual sem preconceitos e expandindo a consciência através de drogas psicoativas” (FRIEDLANDER, 2004, p. 269-270). Segundo Castells (2002) os gays haviam sido bem aceitos por esses novos movimentos que exerciam a tolerância. É nesse cenário que São Francisco passa a ser reconhecida como a “Meca” dos gays, possibilitando que gays dos quatro cantos dos Estados Unidos fossem atraídos pela desejada liberdade que São Francisco proporcionava.

Mais tarde, o surgimento da cultura hippie, e os movimentos sociais organizados em São Francisco, em especial em Berkeley e Oakland, e o fortalecimento do movimento de libertação gay que se espalhava pelo território norte-americano, fizeram com que a comunidade gay de São Francisco pudesse se desenvolver. Prova disso foi à realização da primeira marcha em 1971, ocorrida em Sacramento, exigindo direitos. Nesse mesmo momento, formava-se uma comunidade gay forte em determinadas áreas da cidade, como aconteceu com a Rua Castro.

A região de Castro, como é conhecida, foi criada como um bairro tradicional de operários que apresentava fortes características de decadência e abandono. Foi então que gays de todas as partes do país revitalizaram a região com lares gays, estabelecimentos gays, empresas de reforma gays, bares, escolas, pequenos comércios e empresas dirigidas por gays. Toda essa concentração tinha como único objetivo, a de formar uma vizinhança que pudesse

⁴ Normalmente formado por intelectuais criativos e boêmios – os beatniks – esses grupos procuravam criar uma alternativa para o estilo de vida rígido, conservador e dominado pela Guerra Fria da década de 1950 (HOFFMANN, 2013)

chamar de sua, na qual todos estivessem protegidos e cercados de pessoas que compartilhassem dos mesmos valores e ideais (CASTELLS, 2002).

Mas esse crescimento demográfico e territorial da comunidade gay foi também conduzido por ações políticas direcionadas, em especial pelo protagonismo do histórico líder da comunidade gay em São Francisco, Harvey Milk. Harvey foi para São Francisco em 1969, após largar o emprego de Analista financeiro em Nova York. Em São Francisco residiu na Rua Castro, onde abriu um estabelecimento fotográfico, conhecida como a Castro Câmera.

Harvey com sua visão analítica acerca dos problemas que estavam se apresentando para os gays da região, decidiu implantar um plano de desenvolvimento, transformando a região do Castro de uma simples comunidade gay em uma comunidade de negócios (STRYKER, 2004). Sob sua liderança empreendedora implantou a filosofia dos negócios gays, na qual “gays compram de gays”, fortalecendo assim não só os negócios, mas também o ideal de transformar a Castro a *gay home*, na qual os gays pudessem estabelecer residência e construir suas vidas. E essa transformação também permitiu que as atividades políticas em prol da comunidade ganhassem espaço, com o lema “gays também votam em gays” (CASTELLS, 2002).

Harvey Milk decidiu se candidatar a vereador da cidade de São Francisco em 1973, mas não foi eleito. Contudo, a atuação de sua liderança não se limitou ao resultado das urnas, o mesmo continuou fortalecendo as ações políticas em prol da comunidade, transcendendo não só temas relacionados aos grupos LGBT, mas ao contexto político-urbano no geral. Foi então que, o atual senador liberal, George Moscone, foi eleito prefeito de São Francisco em 1975, e com o interesse de conseguir o apoio da comunidade gay, que já era bastante expressiva, convidou Milk para assumir um posto de importância na administração da cidade. Mas os planos de Milk de se tornar vereador da cidade persistiram, e em 1977, Harvey Milk foi eleito.

“Em algum lugar em Des Moines ou Santo Antônio há uma jovem pessoa homossexual que, de repente, percebeu que ele ou ela é gay; sabem que se seus pais souberem, eles serão colocados para fora de casa, seus colegas vão humilhá-los, e Anita Bryant e John Briggs [*opõe-se à homossexualidade*] estão fazendo sua parte na TV. E aquela criança tem várias possibilidades: ficar no armário [*não se assumir*], e se suicidar. E então, um dia, aquela criança pode abrir o jornal que diz “Homossexual eleito em São Francisco” e surgem duas novas opções: a opção é ir para a Califórnia ou ficar em Santo Antônio e lutar. Dois dias depois que fui eleito, recebi um telefonema. E a voz era de alguém muito jovem. Era de Altoona (Pennsylvania). E aquela pessoa disse “Obrigada”. E você precisa eleger homossexuais, assim milhares e mais milhares de crianças como esta saberão que existe esperança de um mundo melhor; que há esperança por um amanhã melhor. Sem esperança, não só gays, mas os negros, os asiáticos, os deficientes, os idosos, os Estados Unidos: sem esperança os Estados Unidos perderá. Eu sei que você não

pode viver de esperança, mas sem ela, a vida não vale a pena. E você... e você, e você e você precisam dar esperanças a esses jovens". (ESQREVER, 2014)

É nesse momento que a sua atuação junto à comunidade gay ganha maior visibilidade e força, travando debates decisivos com os conversadores. Um exemplo disso é que, em 1978, uma proposta conservadora foi levada a votação, na qual propunha que homossexuais fossem proibidos de lecionar em escolas públicas. Harvey lidera uma campanha contra tal medida, e conquista a rejeição da proposta por parte da população. Seu mandato durou 11 meses, marcado por conquistas significativas para a comunidade LGBT de São Francisco. Além disso, mediou importantes resoluções de conflitos entre as forças policiais e as minorias locais (PIMENTA, 2015).

Entretanto, no dia, 27 de novembro de 1978, Milk e o prefeito Moscone, foram assassinados por um vereador conservador da cidade que após matá-los se entregou a polícia. Segundo relatos, Dan White se tornou inimigo de Milk após o mesmo enfraquecer alguns projetos de campanha de White. A morte de Harvey não enfraqueceu a comunidade LGBT em São Francisco, muito pelo contrário, o movimento ganhou ainda mais força, dando continuidade ao legado de Milk.

Com a morte do então prefeito, a senadora democrata Dianne Feinstein, assume o posto e nomeia um novo líder gay, Harry Britt, que mais tarde também foi eleito vereador. Ano após ano, a representatividade gay aumentava na cidade, seja no campo político, dos negócios ou social. Em 1996, a comunidade gay foi a grande responsável em eleger para prefeito o líder também democrata Willie Brown, que entre suas primeiras ações, decidiu selar compromisso em respeitar e aumentar os direitos, cultura e participação gay na sociedade em São Francisco.

Contudo, a comunidade gay dos anos de 1990 não era mais a mesma de antes. Em virtude da epidemia da AIDS registrada no início dos anos oitenta e seguintes, cerca de 15 mil pessoas morreram em São Francisco em consequência da AIDS e muitas outras foram identificadas como portadoras do vírus HIV (CASTELLS,2002). Esse contexto fez com que a comunidade LGBT em São Francisco adotasse uma postura que se tornou notável em todo o mundo em prol da prevenção, ajuda e iniciativas políticas focadas no controle da epidemia (D'EMILIO, 1983).

Para Castells (2002), o movimento gay de maior importância, foi o movimento antiaids nos anos 80 e 90, nas quais adotaram medidas para ajudar os doentes e encontrar ferramentas para impedir a propagação, como o programa de educação preventiva, criado para

demonstrar à comunidade os procedimentos de um sexo seguro. Esse foi um exemplo da atuação desses movimentos que obtiveram resultados significativos no que concerne aos números de portadores.

Os reflexos dessas ações logo apareceram nos anos 90. A incidência de portadores do vírus HIV tanto em São Francisco quanto na Califórnia, em geral é muito maior na população heterossexual, em relação ao número de portadores gays, que verifica uma diminuição significativa. A pressão dos militantes do movimento LGBT em São Francisco foi o grande responsável pelos avanços das pesquisas e o desenvolvimento de medicamentos que pudessem contribuir com o controle do vírus (MISKOLCI, 2011)

Com o surgimento do vírus da HIV, o movimento travou fortes batalhas em todo o mundo, talvez uma das mais difíceis em sua história, que seria a dissociação da AIDS como uma doença causada pela homossexualidade ou pelo sexo no geral. O rompimento desses mitos foi uma das maiores contribuições que o movimento LGBT, partindo de São Francisco, concedeu para a humanidade. Tais contribuições impediram não só que mais um crime contra a humanidade fosse cometido, como se cogitava, qual seja, o confinamento de todos os detectados como portadores do vírus a partir do reconhecimento de que a epidemia da AIDS se trata de problema de saúde pública e não de comunidades específicas.

Com a epidemia, muitas transformações na comunidade gay de São Francisco aconteceram, entre elas, os padrões de relacionamentos sexuais, que se tornaram mais estáveis, como forma de direcionar a sexualidade para maneiras mais seguras de amar. Os anseios de formar família com a presença dos filhos tornaram-se um dos maiores desejos na comunidade LGBT e os relacionamentos monogâmicos passaram a predominar as relações homoafetivas (CASTELLS, 2002).

Segundo Rosenvald (2010), as novas formas que constroem a sociedade contemporânea rompem, com a concepção tradicional de família. Sendo isso, possível graças ao contexto social mutável que vivemos frutos das novas conquistas da humanidade e descobertas científicas, não havendo mais espaços para valores de um passado distante. Nessa nova conjuntura, o movimento começa a ganhar novos objetivos e caráter, a busca constante pelo reconhecimento da família homoafetiva, registra mudanças significativas. Se antes a luta era pela libertação sexual, conquistas de direitos e o reconhecimento do indivíduo LGBT na vida em sociedade; agora persegue-se o reconhecimento das novas formas de família e a garantia dos direitos comuns à família patriarcal.

2.2 O MOVIMENTO LGBT NO BRASIL

A história do ativismo LGBT no Brasil vai muito além da luta pelos direitos civis. Em pleno século XXI, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis ainda lutam pelos direitos fundamentais a qualquer ser humano, a exemplo do direito à vida. Isso pode ser verificado pelo elevado número de assassinatos e denúncias de violência, cuja causa é a questão de gênero. Diferentemente de outros movimentos sociais que lutam pela conquista de direitos, como acontece com o movimento negro ou o ambiental, a luta LGBT é pela garantia dos direitos civis concedidos a qualquer cidadão, que aos LGBT são negados em decorrência a sua orientação sexual ou gênero (PIMENTA, 2015), a exemplo do casamento, da herança em caso de viuvez ou a adoção.

Segundo Facchini (2005), o movimento homossexual brasileiro como era inicialmente conhecido é dividido historicamente em dois períodos ou propriamente duas ondas, que foram elas entre as décadas de 1970 e 1980. É importante ressaltar que o movimento LGBT vinha registrando mobilizações internacionais desde a década de 60, e em especial após o marco de Stonewall. Esse fator fez com que uma rede de apoio se espalhasse pelos centros urbanos, chegando às grandes cidades do Brasil.

A realidade brasileira dos anos 1970 foi fundamental para construção do movimento LGBT, mais especificamente em 1978. A organização e o reconhecimento foram elementos decisivos que fortaleceram a visibilidade e o ativismo que imprimiu sentido e significado ao movimento, construindo uma força sociopolítica aos grupos e ações coletivas e gerando novos valores e uma nova cultura política (GOHN, 1995).

Para Mendes (2010), essa visibilidade se deu principalmente graças ao caráter revolucionário que o movimento ganhou com os últimos anos de ditadura. Uma rede de apoio se expandia e ganhava mais adeptos. Caetano Veloso, cantor e compositor, após seu retorno do exílio na Inglaterra, em 1972, subiu ao palco e imitou Carmen Miranda como forma de protesto. Já o grupo teatral, Dzi Croquettes, misturava elementos masculinos e femininos em suas apresentações. Essas manifestações artísticas em apoio à liberdade sexual e de gênero foram as grandes influenciadoras do chamado de “saída do armário” de boa parcela da comunidade gay. Nesse momento, todas as ações e iniciativas que ganharam repercussão são registrados no eixo Rio-São Paulo (MACRAE, 1990).

No final dos anos 70, com o início da “abertura” política que registrava o fim da ditadura militar, surgem os primeiros militantes do movimento LGBT, que apoiados pelo movimento feminista e o movimento negro, propuseram novas transformações sociais nas

quais estava atrelada a ruptura dos padrões opressor de gênero e na luta contra a repressão sexual. É nesse cenário que nascem os primeiros grupos de mobilização LGBT no Brasil: O grupo Somos, de São Paulo, e o jornal carioca *Lampião da Esquina*. Esses elementos e fatos foram reconhecidos como a primeira onda (FACCHINI, 2005).

Em 1978, um pequeno grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo fundou o *Lampião da Esquina*, um tabloide mensal de ampla circulação dirigido ao público gay. Muitos meses depois, um grupo de homens em São Paulo formou o Somos, a primeira organização pelos direitos gays do país (GREEN, 2000, p 395)

2.2.1 O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA

De acordo com Mott (2001), a criação do *Jornal Lampião da Esquina* tornou-se a primeira ação política do movimento gay no Brasil. O advogado João Antônio Mascarenhas ao ler alguns folhetos acerca da libertação gay na Inglaterra, decidiu assinar o *Jornal Gay Sunshine*, editado em São Francisco. João era o único assinante do jornal na América Latina. Foi quando Winston Leyland, editor do jornal, decidiu escrever uma matéria sobre escritores homossexuais na América Latina e pediu a ajuda do Mascarenhas que o hospedou e atuou como coordenador da sua pesquisa, agendando entrevistas com a imprensa e intermediando o contato com os escritores convidados (HOWES, 2003).

A iniciativa tomada por Mascarenhas foi o propulsor da fundação do movimento homossexual no Brasil. Ainda no período da ditadura, o jornal *Lampião da Esquina* foi fundado e tornou-se um marco na luta contra a intolerância por questões de gênero e orientação sexual e em prol dos direitos civis. O jornal manteve suas atividades de 1978 a 1981, totalizando cerca de 38 edições.

Para João Silveira Trevisan, escritor do jornal, que concedeu uma entrevista para Ana Ignácio (2011), um dos fortes motivos que levaram o jornal a fechar suas portas, foi a conjuntura política vivida no Brasil entre 1978 e os primeiros anos de 1980, sem mencionar a censura e os grupos em favor da ditadura que trabalhavam arduamente contra a venda do jornal nas bancas de revistas espalhadas pela cidade do Rio.

“O jornal tentou atingir um público diversificado e com muitas particularidades. A identidade do seu público pode ser percebida pela diversidade de assuntos que o jornal abarcou. Tratava de bichas, gueis, entendidos, viados, homossexuais, travestis, negros, mulheres, feministas, ecologista, etc. A proposta de criar uma consciência homossexual assumir-se e ser aceito, foi o desenvolvido no *Lampião da Esquina* por meio de denúncias, opiniões e reportagens. Nesta perspectiva, o jornal

procura muito mais por uma identificação com aquele que lê, do que afirmar uma identidade monolítica” (RODRIGUES; VICTORIO FILHO, 2011)⁵

O jornal ao assumir visibilidade nacional enfrentou alguns processos na justiça, mas muito, além disso, vivenciou uma perda de identidade decorrente da tentativa de publicação de materiais pornográficos. Bernardo Kucinski (1991, p. 73) afirma que o “Lampião de Esquina começou elegante e terminou pornográfico”. Além da questão pornográfica, outro motivo que contribuiu para o encerramento das atividades foram os custos de produção, uma vez que isso implicava na incapacidade de se posicionar perante o mercado editorial.

Na concepção de Júlio Assis Simões e Regina Fachinni (2009, p. 110),

“[...] no momento em que encerrou suas atividades, o jornal parecia mergulhado num vácuo: tinha abandonado o teor contestatório sem conseguir assumir as características de uma publicação voltada ao consumo”.

Mascarenhas e o Lampião foram elementos decisivos na visibilidade da comunidade e do movimento LGBT, sua contribuição transcendeu uma época na qual a censura e repressão se alojavam em uma sociedade oprimida. Sua atuação permitiu que novos grupos, militantes e mobilizações, pudessem alcançar dimensões nacionais em prol da tolerância e da igualdade.

2.2.2 O GRUPO SOMOS

O Grupo SOMOS, fundado em São Paulo, em maio de 1978 foi oficialmente a primeira instituição de defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil. Em princípio, o grupo era conhecido como “Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais” posteriormente, passou a ser chamado de SOMOS. A escolha do nome se deu na tentativa de afastar as críticas e comparações que pudessem surgir em relação ao modelo de militância norte americano ⁶(OLIVEIRA, 2012).

A ideia proposta pelo grupo era a de construir um espaço na qual os LGBT pudessem se encontrar, sem serem os locais de encontro tradicionais, a exemplo das boates, saunas, parques etc. A instituição passou a desenvolver trabalhos não só no campo da autoestima LGBT, mas também na atuação política. Para tanto, o SOMOS estabeleceu comissões de

⁵ RODRIGUES, José Luís Pinto; VICTORIO FILHO, Aldo. Repaginando identidades – o caminho da imprensa gay nacional.

⁶ O Grupo brasileiro surgiu com o nome de “Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais”, posteriormente adotaria a denominação “Somos”. A escolha do nome visava ser um atrativo para novos membros. Assim, evitaram denominar com o vocábulo “gay” para afastar críticas que o ligasse ao modelo de militância norte-americana.

atividades nas quais desenvolvia trabalhos pontuais em prol da comunidade LGBT. Foram cinco áreas ⁷de atuação:

1. Aglutinação (correspondências, recepção e reconhecimento);
2. Estudos (Boletim “O Corpo”);
3. Sede (finanças, clube de cinema, biblioteca e festas);
4. Expressão não verbal (teatro);
5. Divulgação externa (intercâmbio, meios de comunicações e debates).

O grupo começou a obter um crescente número de filiação após as frequentes participações em debates e seminários promovidos pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP). Em maio de 1981, o SOMOS celebrava três anos. Nos anos que se seguiram, o ativismo do grupo atrelado ao avanço nos debates públicos acerca da homossexualidade, ganhou expressividade. A realização de passeatas, reuniões e encontros aconteceram em todas as regiões do país e serviu para demonstrar que o movimento homossexual começou a tomar forma após as ações do Jornal Lampião e do SOMOS.

“Em fevereiro de 1979, os membros deste grupo já agora batizado de “SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual” apareceram pessoalmente em público durante um debate sobre as minorias, promovido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. A importância deste debate é que marcou mais uma vez a crescente importância do movimento homossexual como interlocutor legítimo na discussão dos grandes assuntos nacionais. Além disso, foi uma experiência catártica que aumentou a confiança dos participantes e deu impulso à formação de outros grupos similares em São Paulo e outras cidades como também em vários estados” (FRY, 1983, p. 12).

A crise econômica de 1982-1983, acabou por enfraquecer a instituição, que se viu incapaz de arcar com os custos da estrutura e com o desemprego que atingiu a seus membros, forçados a encontrarem outras formas de sobrevivência (GREEN, 2000). No entanto, verificase que o SOMOS já nasceu como um movimento social em torno da causa homossexual e tendo clara uma estratégia de atuação.

A segunda onda do movimento foi na década de 80, quando a visibilidade pública da homossexualidade aumentou ainda mais. Nesse momento o mundo inteiro se deparava com a epidemia da AIDS e a uma abertura dos canais de comunicação entre o movimento e o Estado. Os grupos e movimentos iniciam suas atividades em outras regiões do Brasil fora do eixo Rio-São Paulo, como é caso do grupo Gay da Bahia. Os grupos de ativismo estavam engajados não só em desenvolverem atividades comunitárias de conscientização, mas

⁷ Lampião da Esquina, v. 3, n. 25, junho de 1980, p. 8.

também, garantir mudanças significativas na sociedade e fortalecer o debate na esfera governamental a fim de diminuir a discriminação contra homossexuais. Esse contexto é compreendido pelos pesquisadores como a segunda onda (FACCHINI, 2005).

Com o surto de HIV/AIDS na década de 80, o movimento construiu sólidas parcerias com o Estado com o objetivo de garantir melhor assistência a população LGBT vítimas do vírus. Foi realizada uma série de ações no âmbito da saúde pública e assistência social, que permitiu um fortalecimento do movimento no Brasil. É perceptível, que nesse período muitas, associações e grupos gays foram fundados com a ajuda de investimentos advindos do Estado e em parcerias com instituições internacionais (SIMÕES & FACCHINI, 2009).

O sucesso das iniciativas gays contra a AIDS permitiu não só um crescimento expressivo do movimento LGBT, como também uma sequência de alianças com o Estado. Esse espaço conquistado permitiu com que os LGBT não apenas reivindicassem os direitos relacionados a assistência e saúde quando relacionado a AIDS, mas também a educação, cultura, trabalho, Direitos Humanos e outros (MISKOLCI, 2011). Foi também a partir de 1980 que a questão da violência à comunidade LGBT passou a estar efetivamente na agenda do movimento.

2.2.3 O GRUPO GAY DA BAHIA

Fundado em fevereiro de 1980, o grupo Gay da Bahia passou a acompanhar de perto as estatísticas de violência contra os homossexuais no Brasil. A elaboração de relatórios que conseguissem mapear e explicar o cenário nacional acerca da temática LGBT e violência, foi o principal objetivo inicial do grupo. Atualmente o GGB como é conhecido, é o grupo mais antigo em atuação no Brasil. A instituição passou a ganhar mais evidência após liderar ações que demonstraram o ativismo protagonista praticado pelos membros. Foi o grupo que coordenou a campanha para a exclusão da homossexualidade do código de classificação de doenças do Inamps⁸ (FACCHINI, 2005) e protestos contra a Igreja Católica na visita do Papa João Paulo II ao Brasil (SAMPAIO, 2011), entre outros.

A identidade GGB segue a mesma linha do jornal “Lampião da Esquina” e “SOMOS”, e muito se assemelha com a militância norte-americana, e se apresentam muito mais avançados do que a experiência nacional. A organização de ações pontuais como as marchas, passeatas, atos públicos e protestos, registra essa maturidade sociopolítica (OLIVEIRA, 2012). Com o advento da AIDS, o GGB assumiu um papel importante, que foi

⁸ O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

desde o esclarecimento e divulgação de informações, como também se tornou um dos grandes interlocutores com o Governo Federal na esfera da saúde pública (TREVISAN, 2000). O grupo Gay da Bahia tornou-se uma referência na luta em prol dos LGBT, assim como, na promoção dos direitos civis e do bem-estar social, realizando frequentes ações e projetos em sua sede, em Salvador, na Bahia.

Segundo Mendes (2010), nos anos de 1990, as parcerias com o Estado e o combate a AIDS, levou ao aumento de grupos ativistas. Nesse momento destaca-se a atuação de lésbicas e de travestis, elevando a diversificação e a incorporação dos novos sujeitos ao movimento homossexual. Até 1995, o movimento apenas reconhecia na sua sigla os gays e lésbicas, MGL (Movimento de gays e lésbicas); após 1995 os travestis passaram a ser reconhecidos e incluídos na sigla de representatividade, GLT (Gays, lésbicas e travestis), e em 1999, os bissexuais e transgênicos são reconhecidos como parte da comunidade e entram para a sigla do movimento, passando pelas variantes de GLBT OU LGBT. Em 2008, na conferência nacional GLBT, fica definido o uso do termo LGBT, com o objetivo de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas (FACCHINI, 2009).

A existência dessas organizações foram essenciais para o crescimento do movimento LGBT no Brasil. Construiu-se uma militância embasada na constante luta pelo reconhecimento e pela conquista de direitos, ressaltando a forte articulação com outras redes da sociedade civil que muito contribuíram para dar visibilidade a causa. Diferentemente de São Francisco, a luta LGBT chegou ao Brasil já com o caráter de movimento social e não de ação individual, embora seja a experiência individual que motiva os sujeitos a integrarem uma ação coletiva. Isso só foi possível porque o movimento Gay de São Francisco foi o pioneiro na luta organizada que resultou em muitas conquistas para a comunidade LGBT em São Francisco, e graças aos avanços conquistados por essa militância, a maneira de se fazer ações políticas e sociais puderam ser exportadas para o resto do mundo.

2.3 MOBILIZAÇÕES E AÇÃO POLITICA

Os movimentos LGBT são conhecidos por realizarem grandes mobilizações e manifestações políticas a fim de dar visibilidade a suas reivindicações e projetos. A criação de associações, as paradas pela diversidade, os projetos de políticas públicas, marchas e protestos, são exemplos das ações coletivas de caráter político que os movimentos vêm executando.

San Francisco, Paris e Londres são algumas das cidades que organizam paradas de orgulho gay em torno do 28 de junho. No Brasil, as primeiras iniciativas voltadas para um movimento homossexual surgiram no eixo Rio-São Paulo, na segunda metade da década de 70, com a fundação do jornal 'Lampião da Esquina' e do grupo Somos. No início da década de 80, organizaram-se grupos por todo o país, que desempenharam importante papel na luta pelos direitos humanos e civis dos homossexuais. Na segunda metade da década, esses grupos foram fundamentais na proposição de respostas à sociedade civil sobre a epidemia da Aids, que atingia majoritariamente os gays.⁹

Os movimentos sociais LGBT correspondem ao modelo dos novos movimentos sociais (GOHN, 1995), caracterizados por uma ação coletiva menos dependente do Estado, a qual vem ao encontro do atestado na teoria das minorias ativas (Moscovici, 2011), que reconhece a relação entre os grupos excluídos e a sociedade que os oprime, propondo que o sistema está em processo de constante mudança, devido ao conflito de forças entre os grupos majoritários (conformados) e os minoritários (inovadores).

As paradas, como será evidenciado, são articulações sociais representativas da racionalidade das manifestações de massa, conforme defendido por Surowiecki (2004), dado serem resultantes da organização de longo prazo efetuada por grupos de defesa dos direitos humanos de LGBT, os quais se constituem como um movimento social relativamente estável, face à variedade de instituições e identidades de grupo que o compõem.

É importante mencionar também a criação de uma associação que congregasse todos os movimentos LGBT, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), que representou a materialização do amadurecimento político que os movimentos passaram a ter. A consolidação de um movimento social é um passo importante na conquista de visibilidade, e com certeza, parte indispensável de uma estrutura política essencial nas ações reivindicatórias e na garantia dos direitos. Dessa forma, busca-se compreender essas iniciativas e analisar seus impactos na luta LGBT e no processo de consolidação dos movimentos.

Nesta sub-seção serão tratadas as repercussões políticas da luta pela causa LGBT, como as Paradas, os movimentos institucionalizados e as políticas governamentais implementadas pelo Estado brasileiro.

⁹ Maria Izabel da Silva. Sou homossexual e me orgulho disso. Folha de S. Paulo. Opinião. 25/06/98.

2.3.1 AS PARADAS DA DIVERSIDADE

As paradas da diversidade obtiveram esse formato conhecido hoje, a partir das ruas de San Francisco na Califórnia (EUA). A primeira edição foi registrada em 1970, com o tema: "Christopher Street Liberation Day Gay-In". O uso do principal símbolo da comunidade, a bandeira do arco-íris, foi utilizado pela primeira vez na "San Francisco Gay Freedom Day Parade¹⁰" em 25 de junho de 1978 (STRYKER, 2004). Anos seguintes, a bandeira se tornou um símbolo importante das paradas norte-americanas, e posteriormente um símbolo internacional do movimento. Mas só na década de 90 que ela foi popularizada e passou a ser reconhecida como uma referência da identidade LGBT. O criador foi Gilbert Baker, ativista dos direitos LGBT que ao lado de Harvey Milk se tornou uma personalidade de importância na comunidade do Castro. Ex-militar, Baker militou em prol da comunidade por mais de 40 anos. Faleceu no dia 30 de março de 2017, entrando para a história do movimento LGBT no mundo.

O grande objetivo incorporado nas paradas foi de denunciar as agressões, de reivindicar e realizar mobilizações da opinião pública. Essas medidas aconteceram tanto para fins de conquistas sociais, quanto para o reconhecimento da AIDS, especialmente para despertar na sociedade civil a compreensão acerca da necessidade de melhores condições de tratamento e de acesso aos medicamentos. Com o advento da AIDS, o movimento precisou ampliar ainda mais seus esforços a fim de desmistificar e diminuir os maus entendidos quando se associava a AIDS a uma "peste gay", o que apenas fortaleceu o discurso preconceituoso e a discriminação contra gays e travestis (CASTELLS, 2002).

Em 28 de junho de 1997, é realizada a 1ª parada do Orgulho Gay em São Paulo, com o tema "Somos muitos, estamos em todas as profissões", a parada mobilizou em torno de dois mil pessoas. Ano após ano os números de participantes foram subindo alcançando o ranking internacional de uma das maiores do mundo, tendo atingido a média de três milhões de pessoas. As paradas do Orgulho Gay são realizadas com o objetivo de afirmação da identidade gay, e uma forma de relembrar a Revolta de Stonewall, em Junho de 1969, que se tornou um marco na luta pelos Direitos LGBT (OLIVEIRA, 2012).

¹⁰ A 1ª edição ocorreu no dia 28 de junho de 1970, em San Francisco (EUA), com o título: "Christopher Street Liberation Day Gay-In". O site do evento (<http://www.sfpride.org/>) oferece um perfil deste evento através de cartazes.

Quadro 1 – Parada da Diversidade de São Paulo, 1997 a 2010.

PARADAS DA DIVERSIDADE SÃO PAULO/BRASIL			
EDIÇÃO	TEMA	DATA	PÚBLICO ESTIMADO
1ª	"Somos muitos, estamos em todas as profissões".	28/06/1997	2 mil
2ª	"Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos".	28/06/1998	7 mil
3ª	"Orgulho gay no Brasil, rumo ao ano 2000".	27/06/1999	35 mil
4ª	"Celebrando o orgulho de viver a diversidade"	25/06/2000	120 mil
5ª	"Abraçando a diversidade"	17/06/2001	250 mil
6ª	"Educando para a diversidade"	02/06/2002	500 mil
7ª	"Construindo políticas homossexuais"	22/06/2003	1 milhão
8ª	"Temos família e orgulho"	13/06/2004	1,8 milhão
9ª	"Parceria civil, já! Direitos sexuais são direitos humanos".	29/05/2005	2,5 milhões
10ª	"Homofobia é crime! Direitos sexuais são direitos humanos"	17/06/2006	3 milhões
11ª	"Por um mundo sem machismo, racismo e homofobia".	10/06/2007	3,5 milhões
12ª	"Homofobia mata! Por um Estado laico de fato!"	28/05/2008	3,4 milhões
13ª	"Sem homofobia, mais cidadania: pela isonomia dos Direitos".	14/06/2009	3,1 milhões
14ª	"Vote contra a homofobia: defenda a cidadania"	06/06/2010	3,2 milhões

Fonte: Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, 2012.

As maiores paradas do mundo estão associadas a quantidade de público e ao potencial sócio-político que a mobilização representa em seus respectivos países. De acordo com agência de intercâmbios culturais, CI: Intercâmbios, estudos, trabalhos e viagens no exterior. As paradas da diversidade representam um forte atrativo para turistas e intercambistas de todo mundo (CI, 2015)

Quadro 2 – As Maiores Paradas da Diversidade do Mundo

AS MAIORES PARADAS DA DIVERSIDADE DO MUNDO
1º São Paulo
2º São Francisco
3º Boston
4º EuroPride
5º Tel Aviv

Fonte: CI: Intercâmbios, estudos, trabalhos e viagens no exterior.

A Parada não é apenas um ato político em prol dos Direitos LGBT, mas tem apresentado reflexos econômicos significativos para a prefeitura da cidade de São Paulo. Uma boa parcela desse público é formada por turistas. Segundo a secretaria de turismo da cidade, a parada se tornou o evento que mais atrai visitantes à cidade. No ano de 2010 foi investido cerca de R\$ 1 milhão de reais, com a expectativa que os visitantes tenham deixado cerca de

R\$ 190 milhões. As paradas têm recebido forte apoio dos Ministérios da Saúde e Cultura, além de receber expressivo apoio de empresas públicas, do Estado e municípios. Esses investimentos visam valorizar todos os segmentos da sociedade em prol da construção de uma sociedade tolerante e igualitária (OLIVEIRA, 2012).

Em 2014, a parada do orgulho gay de São Paulo contou com a participação ativa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, através da Campanha “Livres & Iguais”, que promove a liberdade de escolha e a igualdade de direitos para as populações LGBT. A campanha já havia sido lançada anteriormente pelo Sistema ONU no Brasil e a Prefeitura de São Paulo. (ONU BRASIL, 2014).

Nesse sentido, verifica-se o potencial econômico da parada que faz com que haja o engajamento dos estados e municípios brasileiros, o que contribui para legitimar a importância da causa e reconhece-la como objeto de política pública.

2.3.2 A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.

Foi fundada em 31 de janeiro de 1995, como parte importante do trabalho desenvolvido pelo Grupo Dignidade¹¹. A instituição foi formada por 31 grupos com a missão de “Promover a cidadania e defender os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero”.

Em 2010, a associação já contava com a participação de mais de 200 organizações filiadas. Segundo a associação, seus esforços se dedicam ao:

O monitoramento das ações sustentadas pelas decisões da I Conferência Nacional LGBT (BRASIL, 2008); ao monitoramento do Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004); ao combate à homofobia nas escolas; ao combate à AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis; ao reconhecimento de Orientação Sexual e Identidade de Gênero como Direitos Humanos no âmbito do Mercosul; a Advocacy no Legislativo, no Executivo e no Judiciário; à capacitação de lideranças lésbicas em direitos humanos e advocacy; à promoção de oportunidades de trabalho e previdência para travestis; e à capacitação em projetos culturais LGBT (ABGLT, 2008)

A ABGLT passou a atuar juntamente com as autoridades nacionais. As ações de advocacy junto aos ministérios, autoridades e parlamentares garantiu conquistas para ampliar a visibilidade acerca da discussão da temática LGBT. Uma dessas conquistas foi a I

¹¹ O Grupo Dignidade foi fundado em 1992 com a finalidade de defender os direitos dos homossexuais. Foi à primeira instituição LGBT a receber o Título de Utilidade Pública Federal (05/05/1997).

Conferência Nacional LGBT¹², que aconteceu entre 05 a 08 de junho em Brasília, com o tema: “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT”. A conferência produziu um relatório com 500 propostas, após três dias de discursões.

Em julho de 2009, a associação recebeu apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) para realizar ações ao redor do mundo ao ser reconhecido no dia 27 de julho de 2009, adquirindo status consultivo junto ao conselho econômico e social das Nações Unidas em sessão realizada em Genebra. A associação se tornou a primeira organização LGBT de um país em desenvolvimento a receber o título. Para Toni Reis "o status significa um avanço na conquista dos direitos humanos de pessoas LGBT. A ABGLT atuará incessantemente na defesa dos seus direitos no mundo, para que nos sete países onde há pena de morte e nos 80 que criminalizam a homossexualidade essas leis sejam revogadas e substituídas por leis que reconheçam a plenitude dos direitos humanos para todas e todos, inclusive LGBT. Queremos direitos iguais, nem menos, nem mais” (ONU BRASIL, 2009).

No ano de 2013, a ONU lançou a cartilha para os países signatários contendo orientações tanto aos governos como a sociedade civil acerca dos direitos da comunidade LGBT. A cartilha contém informações importantes sobre como defender a liberdade civil, proteger-se de violências homofóbicas, descriminalizar a homossexualidade e promover o importante debate sobre identidade de gênero. A cartilha foi traduzida em três idiomas (Inglês, Espanhol e Português) e sustenta-se em cima de cinco princípios básicos que os governos precisam cumprir: proteger as pessoas contra a violência homofóbica; prevenir a tortura; descriminalizar a homossexualidade; proibir a discriminação; e defender as liberdades de associação, expressão e reunião pacífica para todas as pessoas LGBT (UNAIDS, 2016).

Em outubro de 2014, a ABGLT e a ONU lançaram um manual sobre os direitos LGBT. O documento tem por objetivo incentivar a inclusão das pessoas LGBT nas empresas, utilizando-se de relatos reais de pessoas que já foram vítimas de intolerância no seu ambiente de trabalho. Na introdução do manual, o material já sintetiza sua proposta. “Trabalho decente é direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras, bem como daqueles ou daquelas que estão em busca de trabalho, representando a garantia de uma atividade laboral em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana”. O projeto também foi fruto do Sistema ONU Brasil e da Campanha “Livres & Iguais” (ONU BRASIL, 2014).

¹² Evento que carrega um forte simbolismo ao ser promovido pelo Governo Federal através da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, ligado a Presidência da República, com o apoio efetivo dos Ministérios da Justiça, Educação, Cultura e Saúde. Segundo, é um sinal claro da efetivação do Plano Nacional de Direitos Humanos.

A atuação da ABGLT junto às Nações Unidas não parou. Em novembro de 2015, 12 agências da ONU divulgaram um apelo pelo fim da violência e discriminação contra adultos, adolescentes e crianças lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais. “Esta é a primeira vez que tantos membros da família das Nações Unidas uniram forças em defesa dos direitos fundamentais das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e pessoas intersex”, disse o Chefe de Assuntos Globais do Escritório, Charles Radcliffe. O documento ressalta a preocupação global com as violações aos direitos humanos e contra as pessoas LGBT e propõe medidas para melhorar a investigação e comunicação nos casos de crimes de ódio, tortura e maus-tratos (UNAIDS, 2015).

É importante ressaltar que todas essas iniciativas de interação entre Nações Unidas e a ABGLT também foram frutos da relevância que as comunidades LGBT passaram a ter junto ao Estado. A ascensão dos Partidos dos Trabalhadores ao poder executivo contribuiu para que temas referentes às minorias ganhassem destaque na agenda nacional, ao incorporar na agenda das políticas públicas as demandas da causa LGBT. Além disso, o Brasil passou a adotar uma política mais preocupada em honrar com os acordos e tratados assinados sobre Direitos Humanos. Nesse contexto, é imprescindível a análise do cenário político e da atuação da comunidade LGBT perante os avanços conquistados, assim como, as barreiras construídas nesta última década.

2.3.3 OS LGBT E AS POLÍTICAS BRASILEIRAS

Durante muitos anos o debate acerca da diversidade sexual e orientação de gênero estiveram em posição de tabus sociais. Foi durante os primeiros anos do governo Lula (2003-2010) que se intensificaram as pesquisas voltadas para a compreensão da introdução do gênero nas políticas públicas no Brasil (VIANA, 2011). O programa Brasil sem Homofobia se desenvolveu em cima dessas pesquisas que versaram temas como trabalho, saúde, educação, cultura, segurança e questões raciais, com o objetivo de “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11, grito nosso).

Com a elevação da secretária de Direitos Humanos a status de ministério em 2003 promovida pelo governo petista, os temas relacionados às minorias passaram a ser mais evidenciados nas políticas públicas de seu governo (FROEMMING; IRINEU; NAVAS,

2010). Como mencionado, a campanha “Brasil sem Homofobia” e o fortalecimento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, contribuíram para a criação de um plano nacional que estabelecia diversas ações de valorização LGBT, seja por renda, escolarização, saúde e identidade de gênero (ITABORAHY, 2012).

Em 2013, no então governo de Dilma Rousseff (2011-2014), o Sistema único de Saúde (SUS) passou a contemplar o atendimento para travestis, transexuais e transgêneros, com terapias hormonais e cirurgias. Outro elemento importante foi o reconhecimento do nome social e os direitos dos casais de mesmo sexo no serviço público federal. Destaca-se como marco importante, ocorreu em 2015 com a ocupação pela travesti Symmy Larrat, no cargo de coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT da SDH¹³ (MELLO et. al. 2015; BRASIL, 2015).

Muitos foram os avanços na conquista dos direitos LGBT no Brasil nos últimos 15 anos, fazendo com que o movimento passasse a se organizar, ganhando força, expressividade e apoio. Em contrapartida, formou-se contra o movimento uma bancada política constituída por conservadores e religiosos, que tentam constantemente aprovar medidas que possam inibir ou dissipar o movimento e seus membros, propondo desde cura gay, ao não reconhecimento às novas formas de família. Os argumentos apresentados pelos conservadores, em especial católicos e protestantes, norteiam no medo de que as instituições religiosas e as práticas patriarcais “tradicionais” sejam abaladas diante da carga moral sexual que se estabeleceu sobre todos os argumentos (SENGER, 2014).

Nessa conjuntura política, percebemos o fortalecimento das causas e dos debates ideológicos, que têm sustentado as mobilizações e iniciativas em prol dos projetos defendidos pelas comunidades. Embora ainda existam barreiras, o movimento LGBT brasileiro tem demonstrado atuação no cenário político atual, assim como, tem apresentado contribuições significativas na efetividade do estado democrático e na garantia dos direitos humanos nas esferas regionais, nacionais e internacionais, ocupando papel relevante no âmbito da ONU.

O movimento LGBT enquanto agente de ações coletivas possibilitou a concentração de indivíduos que veem seus direitos não serem reconhecidos, chegando ao ponto de sofrerem violência seja física ou moral. O não-reconhecimento leva a que as pessoas se associem a causa em uma conexão de reciprocidade que fortalece o movimento, como discutido no

¹³ Secretaria de Direitos Humanos

capítulo 1. O movimento LGBT é formado por um conjunto de segmentos que têm anseios diversos, mas que se unem com o objetivo de potencializar os efeitos de suas ações.

O reconhecimento do movimento seja ela na esfera social ou política é o ponto fundamental na luta da conquista de seus membros e das políticas públicas. O reconhecimento tem uma dimensão emancipatória, uma vez que, permite que os sujeitos envolvidos se tornem atores de ações históricas que ultrapassam as barreiras impostas por um sistema patriarcal e machista. Não esquecendo de que ainda há um longo caminho para se conquistar a plena igualdade e tolerância. Os movimentos LGBT, assim como todos os demais movimentos sociais reivindicam medidas e direitos levantando bandeiras de lutas para promover mudanças e conscientizar a sociedade na desconstrução do preconceito e na promoção da igualdade.

CAPÍTULO III: DE STONEWALL PARA O MUNDO: A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT

A intolerância e o preconceito em decorrência da orientação sexual e da identidade de gênero passaram a ser questionados por uma comunidade que não se via representada, nem incluída no padrão patriarcal e heteronormativo da sociedade. É esse padrão em que se entende como normal a sexualidade diretamente associada ao conceito de macho/fêmea, quando na prática isso se estabelece como uma perspectiva limitada e isolada das transformações sócio sexuais. Essa concepção apenas afirmar um conceito alienado da sexualidade, que é a sexualidade com fins de reprodução, defendida principalmente por conservadores (MENDES, 2010)

Contudo, as transformações oriundas do processo de globalização, passaram a ser absorvidas pelas culturas e comunidades locais, de maneira que o tratamento dado à sexualidade saiu do campo do privado e tornou-se um assunto presente na esfera pública, o que contribuiu para o surgimento de grupos e instituições que cooperam com a sociedade através da produção do saber sexual. Para Foucault (1993), esses novos agentes sociais emergiram como fontes da “verdade” sobre as relações sexuais.

Os movimentos identitários, em especial o LGBT, têm lutado por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, e representam movimentos pertencentes aos excluídos, buscando o reconhecimento de identidade por vezes não reconhecidas. Esses movimentos também são conhecidos como movimentos globais ou globalizantes por caracterizarem lutas em redes sociopolíticas e culturais, responsáveis pela articulação e globalização de temas dos quais defendem (GOHN, 2008).

A temática LGBT é frequentemente abordada nos organismos internacionais como um elemento essencial para o bem-estar de uma parcela significativa da população mundial que se autodeclaram LGBT. O sistema ONU tem realizado frequentes fóruns locais e internacionais abertos à participação da sociedade civil com o objetivo de debater e construir ferramentas que contribuam com a efetividade dos direitos e a construção de políticas públicas destinadas à comunidade. É importante ressaltar que a internacionalização dos movimentos acontece com o simples objetivo de dar visibilidade a conflitos sociais visando erradicar injustiças e acarretar mudanças sociais significativas, tudo isso através da atuação de uma sociedade civil global que, articulada em redes de ativismo, conseguem transcender o local e dar visibilidade às suas causas e espaço na comunidade internacional.

Este capítulo irá apresentar os elementos e fatos que comprovam o caráter internacional do movimento LGBT, assim como, o destaque que o mesmo tem ganhado junto aos organismos internacionais de promoção aos direitos humanos. Nas sub-seções, será analisado a identidade como um elemento essencial na formação da militância e no ideal de pertencimento aos valores e causas do movimento; os efeitos da globalização para a internacionalização dos discursos e das ações políticas; e o destaque que a temática tem ganhado no âmbito ONU no que cerne a proteção e os direitos da população LGBT mundial. É importante ressaltar que este capítulo se preocupa em explanar o objetivo central deste trabalho, se comprometendo não só em apresentar os fatos, mas em contextualizar em exemplos práticos.

3.1 A IDENTIDADE LGBT

Pelo que até aqui foi exposto, verifica-se que os movimentos LGBT consistem em um mecanismo por meio dos quais os indivíduos estão relacionados em um contexto conflituoso, onde a consciência é a mola central. Tanto a consciência por direitos, como a da condição de subalternidade e humilhação que gera o conflito na tentativa de reverter o quadro, assim, surgem como um movimento no qual se destacam práticas sociais como instituição social e política, dentro de um contexto na qual se emergiam novos movimentos sociais. O conflito seria a condição central do movimento ele é a mola propulsora tanto das reivindicações quanto das lutas pela ampliação e alteração dos objetivos sociais. Alguns autores entendem os movimentos sociais como processos políticos que estão relacionados entre as ações coletivas e os confrontos sociais (TILLY, 2004; TARROW, 1998). É nessa experiência no qual os movimentos sociais experimentam a formação de um vínculo capaz de formar uma rede entre aqueles que compartilham uma identidade coletiva e ou uma causa comum.

A identidade LGBT pode ser entendida como “forma de resistência nas quais contradições à ideologia dominante são simbolicamente representadas por meio de determinados comportamentos ou uso de objetos materiais”. (NUNAN, 2003; p. 138). A cultura LGBT é um fenômeno social que tem por objetivo compartilhar valores, pensamentos, atitudes, símbolos e comportamentos como forma de estabelecer sua identidade e de se fazerem representar, serem reconhecidos e se tornarem visíveis diante da sociedade.

As identidades coletivas são formadas por conexões de experiências que permitem com que os envolvidos na ação coletiva não apenas lutem por metas, “mas que passem a

considerar a si mesmos como elementos de um processo muito mais abrangente de mudanças” (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p. 22). Sendo assim, o conflito e a identidade são questões essenciais para compreender os movimentos sociais em suas atuações. De acordo com Honneth (2003), o conflito seria um acontecimento ético característico da luta por reconhecimento.

O conflito seria um processo de etapas de reconciliação e conflito ao mesmo tempo, as quais umas substituem as outras. As lutas seriam uma espécie de *médium* moral, uma pressão intersocial intersubjetivamente constituída, com vistas a uma ampliação no horizonte de expectativas morais, na qual outros valores possam ser incluídos (HONNETH, 2003, p.47).

No caso do movimento LGBT, foi do conflito pelo reconhecimento que se originaram lutas sociais mais organizadas, nas quais as experiências individuais de desrespeito são consideradas como de um grupo, na forma de motivar as ações em prol de um reconhecimento mais amplo dos direitos. Essas lutas não são apenas uma forma prática de exigir por essa ampliação de reconhecimento, mas também tem a função de tirar o sujeito de uma situação rebaixada de inercia. “O engajamento individual na luta política restituiu ao indivíduo um pouco de seu autorrespeito perdido” (HONNETH, 2003, p. 259).

É o reconhecimento que gera autoconfiança, autorrespeito e autoestima, ao passo que o não reconhecimento pode provocar o auto-desrespeito, maus tratos na esfera íntima, a privação de direitos no âmbito legal e a degradação e ofensa na esfera da estima social. Porém da mesma forma com que o não reconhecimento pode gerar prejuízos morais, ele também pode funcionar como uma fonte motivadora de lutas contra as injustiças e para a mudança social. Dessa maneira, o reconhecimento está interligado a formação das identidades individuais e coletivas.

Como se analisou, o movimento LGBT buscava antes de qualquer coisa alterar a percepção de que os homossexuais seriam seres exóticos e estranhos em contrapartida aos heterossexuais que eram compreendidos como normais e respeitáveis. Foi então que passaram a perseguir seus direitos civis num cenário de lutas emancipatórias, permitindo que o movimento fomentasse a criação de uma nova concepção do “eu gay”. O reconhecimento é um elemento vital para os sujeitos, por isso que lutar por ela tornou-se uma questão de necessidade por parte dos movimentos identitários. Conectar experiências e instaurar uma semântica coletiva seria o primeiro passo. Sem a construção do sentido de coletividade e sem a existência de algo em comum que ligue os sujeitos, o engajamento e as ações inexistiriam.

A identidade é socialmente construída e tem relação direta com a diferença, que seria o pré-requisito para que a identidade exista e a cultura seja pelas representações ou pelas relações sociais “molda a identidade, ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar; entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (Woodward, 2000:18). Mas é a diferença que é a grande responsável pela construção de posições de identidade. Sendo assim, a identidade se constrói na diferença a partir de uma esfera simbólica ou na forma de exclusão social.

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas com o “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a diferença (afirmando, por exemplo, que “sou feliz em ser Gay”) (Woodward, 2000, p. 50).

Pode-se dizer que a identidade pessoal é fluida, uma vez que ela está em constante contato com as transformações sociais que vem ocorrendo no mundo. Quando se refere às identidades sexuais, elas também estão mudando, “tornando-se mais questionadas e ambíguas, sugerindo mudanças e fragmentações que podem ser descritas em termos de uma crise de identidade” (Woodward, 2000, p. 31), Esse fenômeno seria o que Hall (2000) afirma como a fragmentação da subjetividade e a crise da identidade. O LGBT em uma das suas identidades é alvo de hostilidade e de exclusão, então a institucionalização do movimento busca uma política de identidade que se preocupa em “em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado” (Woodward, 2000, p. 34).

A concepção de identidade está associada a uma visão do indivíduo e da coletividade como portadores de características exclusivas e relativamente permanentes, determinadas seja por genes, seja por uma estrutura psicológica (IÑIGUEZ, 2004). Construir uma identidade coletiva está articulado com uma noção mais ampla de cidadania e essa por sua vez tem relação intrínseca entre os discursos e as práticas, ora como sujeitos sociais de discursos particulares, ora como sujeitos que podem falar e ser falados (MELUCCI, 2001). A identidade não é rígida e imutável, são processos de identificações transitórias. Considerar as identidades LGBT possibilita o desenvolvimento de mais políticas identitárias que promovam a igualdade

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estrita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das

relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p. 81)

O fortalecimento de uma identidade permite unir pessoas em torno de interesses comuns e no caso da identidade LGBT poderia facilitar a luta pela inclusão social. É a identidade coletiva que vai conseguir explicar os aspectos motivacionais, tais como os processos de identificação e pertencimento a grupos. As identidades são determinadas como vínculos fortes culturalmente constituídos e responsáveis por dar consistência às ações coletivas. Para que se possa compreender a identidade LGBT é preciso considerar fatores que podem de alguma forma interferir na realidade dos indivíduos que a partilham. A primeira delas é o preconceito, responsável pelas frequentes experiências de discriminação vivenciadas pelos LGBT. O preconceito existe pelo não conhecimento da realidade do indivíduo, associando qualquer tipo de orientação sexual que não seja a heteronormativa como negativas e irreais. Essa concepção é claramente percebida quando se analisa que até pouco tempo a homossexualidade era considerada doença ou que estava associada ao vírus da HIV.

Concepções como essas é que fazem com que muitos LGBT não vivenciem suas identidades, pois o fato dos mesmos assumirem suas identidades acarretariam uma série de problemas na vivência com outras identidades na vida em sociedade. Em contrapartida, é possível perceber o aumento de pessoas que optaram pelo “*coming out*”, ou seja, por assumir suas identidades e lutar pelo reconhecimento de suas identidades individuais e coletivas. São posições como essas que possibilitam que o tema seja levado a público acarretando debates (MELLO, 2012).

O LGBT no seu processo de luta por reconhecimento vive um processo de auto reconhecimento e procura vivenciar com outros membros de sua comunidade suas angústias e suas identidades, através de um intenso processo de identificação do outro, no qual ele procura ser visto, ser “encontrado” pelo semelhante, como explicita Kathryn Woodward (2000) ao afirmar que “existe, assim, um contínuo processo de identificação, no qual buscamos criar alguma compreensão sobre nós próprios por meio de campos simbólicos e nos identificar com as formas pelas quais somos vistos por outros.” (WOODWARD, 2000, 74).

As identidades são marcadas por símbolos como explanado por Émile Durkheim, “sem símbolos, os sentimentos sociais teriam uma existência apenas precária” (DURKHEIM, 1954 apud WOODWARD, 2000, p. 12). No movimento LGBT o símbolo mais conhecido seria a bandeira do arco-íris ou bandeira da diversidade, confeccionada pela primeira vez por Gilbert Baker nos EUA. Após 1979, o comitê da Parada do Orgulho Gay utilizou-se da

bandeira, que com o passar do tempo tornou-se um símbolo internacional de representação da comunidade. Mesmo com a existência do preconceito é nítido perceber que a identidade LGBT vem ganhando cada vez mais espaço, sendo possível identificar isso através de seus símbolos e imagens que são cada vez mais difundidos ao redor do mundo.

Associada à identidade, a representatividade seria uma forma na qual os grupos tendem a se expressar perante outro grupo observador. No caso da identidade LGBT é possível identificar em qualquer parte do mundo que os estabelecimentos LGBT mantêm um estilo próprio entre os seus frequentadores, que ajuda a definir os grupos ou a variedades de causas que a comunidade costuma abraçar. Sendo assim, é possível observar o uso de um estilo, discurso ou posicionamento como forma de ressaltar e até mesmo celebrar as diferenças da comunidade como uma estratégia de luta contra o preconceito. É dessa maneira que os indivíduos se mostram visíveis, adotando isso como uma ferramenta de luta.

Outra característica da identidade LGBT é a apropriação de um território, isso é uma forma dos membros do grupo identificarem locais onde é possível encontrar outras pessoas que compartilham da mesma identidade. Um exemplo citado neste trabalho foi a Rua Castro em São Francisco, região na qual é internacionalmente conhecida como reduto da comunidade LGBT e historicamente respeitada por ser o berço das primeiras militâncias lideradas por Harvey Milk. As ações afirmativas do movimento nessas áreas se caracterizam como reivindicações daqueles que lutam em prol da equidade social, do respeito à diversidade e da representatividade social, cultural e política dos LGBT. Foi nos centros urbanos que surgiram as vastas possibilidades de formação de espaços específicos acolhedores que possibilitavam que os sujeitos experimentassem um estilo de vida social próprio à sua identidade. Foi então que se formaram áreas de consumo, lazer e diversão que se caracterizaram como espaços nas quais é possível desenvolver novas redes sociais e interação coletiva cada vez mais ampla e densas.

Verifica-se um processo de desterritorialização por parte da população LGBT do interior do Brasil. Muitos saem de suas cidades para viverem em grandes centros urbanos em busca de mais facilidade para viver sua sexualidade/afetividade. Esse processo nem sempre é consciente. Ele também se dá, de forma distinta, com a quebra dos vínculos familiares e o estabelecimento de outras redes de relações e/ou famílias eleitas por parte dos LGBT brasileiros. (ANDRADE, 2002, p.76).

Em algumas cidades, há locais de concentração de residentes que abertamente identificam-se como LGBT. Esses lugares são constantemente chamados de territórios gays e de uma forma geral, contribuem para a visibilidade e acessibilidade do mundo LGBT nos grandes centros urbanos. Em alguns casos, também são chamados de guetos e da mesma forma, têm sido fontes de tensões entre a população geral que compete pelo espaço urbano. (CHAMBERLAND, 1993, p. 231).

De acordo com a ativista trans Maria Clara (2017), quando a comunidade está na parada gay, no caso das travestis e transexuais, por exemplo, quando elas colocam seus peitos na rua, elas estão dizendo que aceitem elas como são, pela sua orientação, identidade de gênero e pelo seu corpo. Essa afirmação de Maria Clara vem corroborar com a ideia de que existe uma luta por reconhecimento que parte da questão identitária. A identidade do indivíduo se determina por um processo intersubjetivo mediado pelo mecanismo do reconhecimento, esse mecanismo é essencial para a socialização humana e fundamental para o fortalecimento das ações coletivas.

De acordo com Maria Clara, quando abordada sobre a luta por reconhecimento e a discriminação.

Não era para existir luta, quando a gente está na comunidade, as pessoas não têm preconceitos, as pessoas não têm informação, ou seja, um “pré-conceito”, mas é uma coisa que é imposta (...). A gente está fazendo esse trabalho e está desconstruindo muita coisa, só precisa de pessoas para somar, por isso que a gente fala com vocês acadêmicos, que não deixem a gente se tornar objeto de pesquisa apenas, que isso entre de fato nas universidades, nas escolas. Porque a gente passou muito tempo servindo de cobaia para pessoas só engavetarem a história (Maria Clara, em entrevista realizada em 01 de junho de 2017)

No discurso de Maria Clara, fica claro a existência de luta constante, que busca extrapolar o ativismo apenas por parte da comunidade LGBT, de maneira a busca apoio em outras instâncias da sociedade, ampliando a visibilidade da causa. Essa luta envolve a desconstrução de representações parciais e negativas, colaborando assim para provocar rupturas nas estruturas dominantes que deslegitimam essas identidades a fim de desfazer o preconceito. Por isso, é de importância impar um crescente envolvimento político de indivíduos na luta por direitos civis e no reconhecimento social apoiado num questionamento às estruturas normativas.

3.2 OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA DIFUSÃO DA CAUSA LGBT

A Revolta de Stonewall, episódio que aconteceu em 28 de junho de 1969 em Nova Iorque, é percebida como um marco na história da luta LGBT no mundo, uma vez que, permitiu pela primeira vez que um grande número de LGBT se reunisse em ato de resistência aos maus tratos sofridos. " Os objetivos e táticas dessa luta voltam-se também para o direito à identidade como LGBT, à identidade de associação, à visibilidade, à não-discriminação, à não-violação de Direitos Humanos". (BRONSKI, 1995, p. 35). Hoje a data é lembrada em todo o mundo, dando origem aos movimentos de celebração do orgulho gay. As primeiras cidades a terem sua população LGBT nas ruas em ato de protesto, foram as cidades norte-

americanas: Nova Iorque, São Francisco, Chicago e Los Angeles. Cidades que possuem expressiva importância não só para os Estados Unidos, como também para a comunidade internacional, uma vez que exercem forte atuação nos meios de comunicação, transporte, cultura e finanças.

De acordo com Salomón (2007)

A facilidade de formar todo tipo de redes, com objetivos pontuais ou a longo prazo, mais gerais ou mais específicos, com governos do mesmo nível ou com outros atores e a atividade destacada de muitas autoridades locais em foros predominantemente não governamentais são mais detectáveis (SALOMÓN, 2007).

As cidades que iniciaram as primeiras grandes ações LGBT em número e dimensão caracterizam-se como “Cidades globais”, como mencionado no primeiro capítulo. As novas práticas desenvolvidas nessas cidades tendem a ser criadas e copiadas por outras cidades do mundo, amparadas nos antecedentes históricos já existentes de cada estado e de suas próprias realidades. No Brasil, no mesmo período, o país estava mergulhado em uma ditadura militar com constantes repressões política e moral, mesmo com o surgimento das ideias dos movimentos de 68 e a contracultura que já se manifestava pela construção de um movimento político cuja grande missão estaria em lutar pelas minorias sexuais. O próprio movimento feminista no Brasil contribuiu para o desenvolvimento do que se tornaria o movimento LGBT brasileiro, assim como, auxiliaram os primeiros militantes a atrair a atenção do Estado para políticas públicas específicas destinadas ao grupo.

Foi com o crescente ativismo nas cidades globais dos EUA que o modelo de movimento LGBT chegou ao Brasil. São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto cidades estratégicas para o país e também consideradas cidades globais, por exercerem relevância em âmbito doméstico e internacional, congregaram as primeiras iniciativas abertamente LGBT. Nesse período era percebida uma reorganização social que fomentava novas formas de relacionamentos e modelos de família, um cenário que possibilitou que o movimento emergisse e ganhasse visibilidade na sociedade.

A intensificação das transformações advindas da globalização contribui com o aumento da inter-relação entre as esferas nacional e mundial, ao mesmo tempo em que impulsiona o fortalecimento dos movimentos locais e internacionais, provocando identidades em âmbito multiescalar. Nesse contexto, alguns autores chamam a atenção para o surgimento das chamadas “novas identidades”, a formação de um espaço político global e

multidimensional, o surgimento de uma cidadania global e a reestruturação de uma democracia que vai além das fronteiras nacionais (VIEIRA, 2001; TEIXEIRA, 2001).

Segundo José Maria Gómez (1998)

Pode-se dizer, então, que os processos de globalização desestabilizam (o que não quer dizer que suprimam, ou que às vezes não exacerbem) as identidades coletivas essencialistas baseadas em concepções territoriais dos “nós” e dos “outros”, ao mesmo tempo que desencadeiam uma dinâmica de diferenciação em torno e para além do princípio de nacionalidade (...), contribuindo assim para a constituição e expansão de um espaço político global, multidimensional, contraditório e descentrado. (Gómez, 1998: 54)

É nesse novo espaço político global que o movimento LGBT passou a integrar o grupo de novos atores sociais, embasados no desenvolvimento de uma cidadania transnacional que perpassa a cidadania doméstica. Em um primeiro momento essa nova concepção de cidadania, desafiou a relevância moral e política das diferenças de classes, gênero e etnia que justificavam até então as desigualdades de direitos civis. Em uma segunda escala essa cidadania transnacional, desenvolveu o tema dos direitos econômicos e sociais, e por último, a cidadania global testemunhou o reconhecimento dos direitos das minorias e seu esmagamento histórico pelos grupos culturais dominantes (LINKLATER, 1998).

Essa terceira e última concepção seria a grande responsável pela ampliação das fronteiras políticas e morais das comunidades, na medida em que surgem transformações que impactam os laços sociais. “A cidadania deve ser entendida como uma série de círculos que se expandem por meio das lutas e dos conflitos, o próximo passo seria expandi-la para cima, em direção ao mundo, mas também abaixo, em direção ao local” (LINKLATER, 1998, p. 193).

Segundo Scherer-Warren (2006), o impacto dos avanços da globalização como forma de articulação entre os movimentos sociais, elevou a um patamar acima as formas de diálogo estabelecidas entre militantes, e inclusive entre movimentos de diferentes regiões geográficas do globo. Um claro exemplo desses fenômenos foi à fundação do Jornal carioca “O Lâmpião da Esquina”, a partir da assinatura do jornal Gay Sunshine, editado em San Francisco, o advogado gaúcho João Antônio Mascarenhas, que residia no Rio de Janeiro decidiu fundar o jornal que viria a ser a primeira instituição abertamente gay do país sob influência do periódico americano e em constante diálogo com militantes norte-americanos, como apresentado no segundo capítulo.

Para Leonardo Avritzer e Sérgio Costa (2004)

Entre as diferentes formas de comunicação e sociabilidade transnacional, aquelas estabelecidas pelas articulações de movimentos sociais de diferentes origens geográficas parecem ser mais visíveis publicamente. Verifica-se aqui, efetivamente, a circulação de temas e argumentos relacionados com a equidade de gênero, direitos humanos ou proteção ambiental, de forma simultânea, em contextos nacionais diferentes. Contudo, não se trata da formação de uma esfera pública transnacional que coloca em contato os diferentes públicos nacionais. Tem-se, na verdade, fóruns transnacionais diversos, segmentados e desarticulados entre si. (...) é através das estruturas das esferas públicas nacionais que as questões tratadas nesses contextos comunicativos transnacionais ganham repercussão (AVRITZER e COSTA, 2004. p. 716).

A internacionalização dos movimentos sociais passa a ser reconhecida como uma mudança na relação entre os participantes: o global, o transnacional e o local, elementos que atuam na formação do ativismo além-fronteiras. A obra de Keck & Sikkink (1998) realiza uma análise acerca das redes de ativismo e seu impacto na política internacional. Esse ativismo acarreta mudanças na ordem interna dos estados e na sua relação com organizações internacionais e com outros estados. Assim, se estabelece uma conexão entre a esfera doméstica e a internacional. Doimo (1995) usa os termos “redes de movimentos”, “campos éticopolíticos” e “conexões ativas” para explicar a interação entre indivíduos e organizações, na medida em que formam redes fluidas que ultrapassam questionamentos pontuais para campos mais amplos de convivência política embasadas em ações coletivas.

Para Diana (2003), redes compõem os movimentos sociais e é por isso que:

“É difícil compreender a natureza dos movimentos sociais. Eles não podem ser reduzidos a insurreições ou revoltas específicas, mas se assemelham a sequências de eventos mais ou menos conectados, dispersos no tempo e espaço; também não podem ser identificados como organizações específicas, mas consistem em grupos e organizações com vários níveis de formalização, ligados em padrões de interação que vão do extremamente centralizado ao totalmente descentralizado, do cooperativo ao explicitamente hostil. Pessoas promovendo e/ou sustentando suas ações o fazem não como indivíduos atomizados, possivelmente com valores similares e características sociais, mas como atores ligados entre si por teias complexas de trocas, diretamente ou de forma mediada. Os movimentos sociais são, em outras palavras, estruturas de redes altamente heterogêneas e complexas”. (Diani, 2003, p.1).

E para que a internacionalização dos movimentos sociais aconteça é imprescindível ressaltar que os mesmos atuam nas localidades, esfera na qual expressam seus conflitos e desejos e que interagem com outros atores sociais que participam do processo de articulação de políticas públicas de Estado. Apesar de exercerem suas ações políticas na esfera local, é a globalização que permite a internacionalização das agendas dos movimentos. A construção de canais de participação através da ampliação da esfera pública e a luta por reconhecimento são elementos importantes para compreender o papel dos movimentos sociais através dos

protestos, manifestações ou canais de participação e de interlocução com os governos (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009).

É possível reconhecer a ampliação dessa esfera pública e da luta por reconhecimento no movimento LGBT, quando se analisa na perspectiva histórica o protagonismo dos ativistas em atrair a atenção do Estado e dos organismos internacionais para o problema da AIDS, adotando medidas de conscientização e combate à epidemia, como também, a luta pela desmistificação da ideia de “peste gay”. Essas ações ganharam uniformidade em vários países, sendo possível perceber a atuação dos militantes juntos ao Estado em prol de um amplo projeto de saúde pública.

Para Milani e Pinheiro (2013, p.15)

[...] as relações internacionais, na atualidade, não apenas englobam um leque mais amplo de questões (meio ambiente, direitos humanos, migrações, pobreza, internacionalização da educação, da saúde e da cultura, cooperação para o desenvolvimento etc.) que demandam conhecimentos e expertises particulares, como também implicam, de forma cada vez mais densa e institucionalizada, uma diversidade de atores agora envolvidos em inúmeros assuntos internacionais.

As ações executadas pelos movimentos sociais que ganham visibilidade internacional muito contribuem com a internacionalização de suas causas, no movimento LGBT são as paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que acontecem por toda parte do mundo. As paradas são identificadas como um mecanismo que marcou o surgimento do movimento LGBT contemporâneo, como também o ato político de melhor organização que passou a ser percebido como decisivo para a luta por igualdade dessa população (PRADO E MACHADO, 2008).

As paradas são mobilizações sociais representativas da racionalidade das manifestações de massa como resultado da organização de longo prazo dos grupos que compõem o movimento e dos defensores dos direitos humanos LGBT (Surowiecki , 2004). Iniciadas nas cidades de Nova Iorque e São Francisco possuem um teor estritamente político e denunciam as violências contra os LGBT (QQ Magazine, 2004).

[...] a causa LGBT busca ativamente alargar o potencial humano, libertando-o do preconceito e da opressão que o reduz a um modelo homogêneo e redutor. Trata-se, em suma, de uma luta pela diversidade e, por isso, torna-se mais eficaz quando é levada a cabo por diversos grupos em função de gênero, raça, etnia, classe, estatuto ou orientação sexual (Santos, 2004a, p. 286).

As mobilizações começaram então a repercutir expressivamente nos meios de comunicação internacional, tornando-se sinônimo de resistência contra a opressão. A partir de

então, as marchas de rua começaram a ser organizadas em outros países, todas inspiradas nas marchas americanas. No Brasil, não foi diferente e as manifestações de rua logo ganharam apoio não apenas dos LGBT, mas também de outros movimentos sociais. E em 1995 no Rio de Janeiro, houve o marco do ingresso do Brasil nessa nova rede de ativismo que se formava. No mesmo ano (1995), o Brasil recebeu a 17ª Conferência Anual da Associação Internacional de Gays e Lésbicas, renovando o fôlego do movimento no país e no mundo (GREEN, 2000).

O encerramento da conferência ocorreu através da realização da marcha pela cidadania de gays, lésbicas e travestis, que aconteceu na Avenida Atlântica, na praia de Copacabana (GREEN, 2000). Essa marcha deu origem à primeira Parada do Orgulho Gay do Brasil, no Rio de Janeiro em 1997, e foi baseada nas ações do movimento gay bem-sucedido dos EUA. Como forma de visibilidade, as paradas motivaram os grupos de ativismo LGBT de capitais a multiplicarem as marchas em outras regiões e cidades menores, possibilitando a capilaridade do movimento em diferentes localidades (GRUPO ARCO-ÍRIS, 2014).

A epidemia da AIDS também é analisada como um dos elementos que possibilitou a internacionalização da luta LGBT. O sucesso no combate a AIDS e o crescimento do ativismo influenciaram a formação de alianças entre o movimento, os Estados e as Organizações Internacionais. Essas parcerias resultaram no desenvolvimento de ações que representaram uma série de avanços (MELLO, BRITO & MAROJA, 2012). O fenômeno da visibilidade política e social LGBT por intermédio da AIDS, foi chamada por Pelúcio (2007) de SIDAdanização, termo no qual a troca do “c” pelo “s” busca, denunciar uma cidadania alcançada pela repatologização da sexualidade não heterossexual, demonstrando ao resto do mundo que as comunidades LGBT estavam inteiramente engajadas em banir a epidemia do vírus da HIV.

O aparecimento de personalidades políticas que ecoaram seus discursos em defesa dos direitos civis para além de suas localidades, também contribuiu com o caráter internacional do movimento. Harvey Milk, primeiro gay a conquistar a posição de vereador da cidade de São Francisco, foi à primeira personalidade da história a levantar a bandeira e a construir um projeto político em prol da comunidade. Sua atuação foi decisiva na aprovação de projetos e medidas que estimularam a tolerância e o respeito, e que possibilitaram a organização da comunidade LGBT em São Francisco e posteriormente as comunidades de outras cidades norte-americanas. Após sua morte, Milk deixou um legado que garantiu a

continuidade do movimento nos Estados Unidos que posteriormente foi exportada para outras partes do mundo (STRYKER, 1996).

Milk abriu os caminhos para que outros pudessem atuar na esfera política em defesa dos direitos LGBT. Hoje, é possível encontrar em muitos países personalidades políticas que se declaram abertamente pertencente à comunidade. No Brasil, os dois mais conhecidos são o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) e o prefeito de Lins, Edgard de Souza (PSDB-SP). Entretanto também é possível identificar outras personalidades em diferentes países, como: o primeiro ministro do Luxemburgo Xavier Bettel; a deputada polonesa Anna Gradzka, que foi a primeira transexual a ser eleita para o cargo de deputada; o australiano John Fowler, o primeiro gay assumido a ocupar o cargo de prefeito de Sidney; Barbara Hendricks, ministra do Meio Ambiente e Conservação Natural da Alemanha, lésbica assumida; Jared Polis, um congressista gay norte-americano que luta contra a discriminação nas escolas dos EUA, e tantos outros que passaram a atuar no campo político em prol das comunidades LGBT ou demonstrando a importante representatividade no combate da intolerância e do preconceito.

Os fatos mencionados são marcantes por contribuírem para a internacionalização por fomentaram as redes de ativismo em prol de objetivos comuns (CASTELLS, 2008). A luta pelo reconhecimento transcendeu o Estado Nação e ganhou um caráter de urgência internacional, a partir da atuação de movimentos sociais, organismos internacionais e organizações não governamentais internacionais, em clara articulação entre Estados e sociedade civil global. Os fóruns e tratados internacionais, os debates nas Nações Unidas, as campanhas do sistema ONU, os relatórios de ONGs, as missões diplomáticas que reafirmam o apoio contra a LGBTfobia e tantos outros exemplos, mostram o quanto a temática LGBT ganhou espaço e carece de atenção por parte dos Estados e da sociedade civil.

É nítido perceber que o processo de difusão (DELLA PORTA & TARROW, 2005) das ideias e práticas do movimento LGBT no mundo, mas em especial no Brasil, resultou da formação de uma identidade que carecia de reconhecimento e que graças à globalização se viu motivada a “sair do armário” em atos de protestos contra o padrão hegemônico de orientação sexual e identidade de gênero imposto pela sociedade. A organização do movimento LGBT norte-americano inspirou o protagonismo do movimento brasileiro graças às trocas de informações, a disseminação de novas ideias e valores e a uma nova concepção do “EU” LGBT sustentada pelo ativismo e pela constante luta por reconhecimento.

Após a etapa de difusão, é preciso compreender o processo de domesticação (DELLA PORTA & TARROW, 2005). Depois que os ideais do movimento foram disseminados e ganharam adeptos no Brasil, o processo de domesticação, ou seja, a internalização dos conflitos e das lutas se deram com a formação dos primeiros grupos, instituições e ações LGBT no Brasil. A fundação do Lampião da Esquina, O SOMOS, o grupo gay da Bahia e os demais coletivos fomentaram a existência de um conflito social que buscava visibilidade, e possibilitou que o movimento LGBT brasileiro ganhasse características próprias, uma vez que, as carências que o movimento vivenciava no Brasil coincidiam com a realidade sociopolítica do país naquele período.

E em última instância os movimentos vivenciam uma fase de externalização (DELLA PORTA & TARROW, 2005) expressa nos desafios enfrentados pelas instituições supranacionais em intervir em conflitos sociais locais. Essa externalização é observada na história do movimento LGBT quando os temas mais frequentemente abordados nas ações coletivas ganharam espaço nos organismos internacionais, de maneira que buscam através de tratados, declarações e conferências, garantir proteção, direitos e reconhecimento à população LGBT. Um exemplo é a campanha liderada pelas Nações Unidas “Livres&Iguais”, cuja atuação envolve a publicação anual de cartilhas, relatórios e manuais que servem de guia para os Estados garantirem proteção e direitos às comunidades.

A internacionalização dessas lutas fortalece o ideal de uma sociedade civil global preocupada com a garantia dos Direitos Humanos e fomentando as comunidades em redes. É perceptível que com a era da informação as lutas LGBT ganham cada vez mais visibilidade e o trabalho das redes de ativismo ganham mais adeptos mesmo fora da comunidade LGBT. Exemplos de comoção internacional foi verificado em decorrência do atentado à uma boate, em Orlando, Flórida (EUA), no ano de 2016, que resultou na morte de 50 pessoas. O mesmo tem ocorrido com as denúncias e reconhecimento internacional de práticas de tortura e assassinato de população LGBT, na Chechênia, no ano de 2017. Esses acontecimentos provocaram uma série de ações ao redor do mundo em atos de solidariedade às vítimas e também protestos. Pessoas de todas as culturas e regiões geográficas declararam através das redes sociais seu apoio a causa LGBT e suas preocupações em relação a ausência de garantias mais palpáveis para a comunidade.

Para Facchini (2009)

O aumento e diversificação dos grupos, a complexificação de seu sujeito político e a ampliação da rede de relações do movimento, seu processo de institucionalização e a profissionalização de ativismo são mudanças fundamentais para situar qualquer reflexão que se faça sobre o movimento contemporâneo (FACCHINI, 2009).

Líderes internacionais têm declarado em frequentes ocasiões seus compromissos em garantir os direitos e a proteção a população LGBT, como é o caso do atual Primeiro Ministro do Canadá, Justin Trudeau ou o ex-presidente dos EUA, Barack Obama. Em contrapartida, existem outros líderes que passaram a ignorar a questão, como é o caso do atual presidente dos EUA, Donald Trump, aspecto que ficou evidente quando da exclusão do site da Casa Branca, após sua posse, conteúdos que remetiam às questões LGBT, ou ainda, o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, que tem ignorado os questionamentos quanto ao caso da Chechênia.

No Brasil, os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016) durante suas gestões, apresentaram fortes preocupações no que cerne os direitos LGBT, de modo que em 13 anos o país vivenciou uma série de avanços com a atuação de atores da sociedade civil em articulação com a Secretaria Geral da Presidência. Essa relação entre os movimentos sociais e a presidência resultou em projetos e campanhas que defenderam a tolerância e o respeito à identidade de gênero e à orientação sexual, como foi o caso do programa Brasil sem Homofobia (2004), a criação dos centros de prevenção à violência homofóbica, os programas de capacitação de professores e profissionais da segurança pública e a proliferação das paradas do orgulho gay por todo o país com os incentivos governamentais.

Segundo Marx (2014)

A busca em constituir canais institucionais de participação para o diálogo entre Estado e sociedade também se articula com os novos temas das relações internacionais, alguns de soft power, onde é permitido que os atores não estatais possam fazer proposta em fóruns, cúpulas e reuniões específicas (MARX, 2014, p.17)

Foi diante dos frequentes casos de violação de direitos contra a população LGBT, que o governo federal em 2013 criou o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais com a finalidade de “organizar e promover políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT, compreendidas como conjunto de diretrizes a serem observadas na ação do Poder Público e na sua relação com os diversos segmentos da sociedade” (BRASIL, 2013). Como resultado desse trabalho, por exemplo, em abril de 2014, o Conselho Nacional de Política Criminal e

Penitenciária e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação sobre o tratamento à população LGBT privada de liberdade, estabeleceu parâmetros para acolhimento, uso do nome social e atenção à saúde condizente com o processo transexualizador. Além disso, muitos Estados do Brasil adotaram unidades de polícia especializada, bem como os comitês de enfrentamento à violência homofóbica. Em 2015 a então Presidenta Dilma Rousseff inaugurou o Comitê Interministerial de Enfrentamento à Violência contra a população LGBT, ressaltando a importância do tema na esfera federal.

Maria Clara, ativista LGBT e integrante do Mecanismo de Prevenção e Combate a Tortura firma que a partir de uma cobrança internacional por parte da ONU, da OEA e das ONGs internacionais, que cobraram do Brasil responsabilidade na garantia de direitos das pessoas privadas e restritas de liberdade, e em especial das pessoas LGBT, é que foram estabelecidas medidas de combate à violência LGBT. Hoje, existem mais de 50 Mecanismos¹⁴ espalhados pelo mundo, e Maria Clara é a única mulher trans a integrar uma equipe que tem trabalho nos complexos penitenciários e com a população LGBT que vive nas ruas.

Eu entro na militância através do GTP+, Grupo de Trabalho de Prevenção Positiva, e lá a gente conseguiu um financiamento através do fundo Brasil de Direitos Humanos, porque a gente trabalhava com as travestis do complexo do Curado e lá a gente mapeou essas meninas e começou a entender todo o processo que elas tinham lá. Esse projeto nosso tornou-se bastante visível dentro e fora de Pernambuco. A gente vê que essas meninas precisam apenas de oportunidade, dentro de tantas peças que a gente fez, eu iniciei uma pesquisa agora em 2016 de catalogar a tipificação criminológica dessas meninas, dessas mulheres travestis e transexuais, e a gente viu que essas meninas elas não cometem crime de ódio. Por exemplo, elas não vão ao estádio de futebol para jogar uma bacia na cabeça de alguém, ou ela sai armada de manhã e diz: eu vou matar você. Quando elas cometem um crime, elas roubam ou traficam drogas (Maria Clara, em entrevista realizada em 01 de junho de 2017)

Dessa maneira o tema LGBT tem sido frequente na esfera internacional, regional e local. Os Estados em parceria com a sociedade civil e organismos multilaterais têm articulado medidas, ações e propostas para ressaltar a importância de reconhecer a população LGBT como detentora de direitos.

¹⁴ O Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura faz parte do Sistema Internacional de Prevenção e Combate à Tortura, de acordo com a Lei nº 12.847, sancionada no dia 2 de agosto de 2013. O órgão é composto por 11 especialistas independentes (peritos), que terão acesso às instalações de privação de liberdade, como centros de detenção, estabelecimento penal, hospital psiquiátrico, abrigo de **pessoa idosa**, instituição socioeducativa ou centro militar de detenção disciplinar. Constatadas violações, os peritos elaborarão relatórios com recomendações às demais autoridades competentes, que poderão usá-los para adotar as devidas providências (SDH Brasil, 2015)

3.3 A LUTA LGBT NO ÂMBITO DA ONU

Desde 1990, durante as conferências mundiais no âmbito da Organização das Nações Unidas, já se falava sobre a inserção da temática LGBT nos debates internacionais. Nesse período o movimento feminista já trazia as discursões acerca da sexualidade, o que embasou os debates sobre orientação sexual e identidade de gênero. No âmbito ONU, o debate LGBT teve seu ápice em 1994, com o caso Toonen¹⁵ contra a Austrália que foi levado ao comitê de Direitos Humanos. O comitê se pronunciou afirmando que a lei australiana que criminalizava a homossexualidade entre pessoas adultas violava integralmente o direito à privacidade. A decisão foi determinante para que se fosse percebido pela comunidade internacional que os tratados de direito internacional adotados pelos países, poderiam abarcar os direitos LGBT.

Para Ignacio Saiz,

Toonen ofereceu esperança de que o sistema internacional de direitos humanos poderia ao menos prover um recurso contra a gama de leis e práticas abusivas que têm criminalizado e patologizado ou demonizado aqueles cuja orientação sexual ou identidade de gênero não se encaixam na norma padrão (SAIZ, 2005, P.4)19.

Desde então, a ONU tem atuado no tema, cobrando o cumprimento das obrigações dos estados-membros em proteger e dar direitos a população LGBT. Por exemplo, o Comitê de Direitos Humanos expressou sua preocupação quanto ao assunto à Tanzânia e Romênia, pedindo a proteção da liberdade sexual. Outros comitês têm desenvolvido medidas que garantem a efetividade dos direitos LGBT entre eles o Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (CEDAW), o Comitê contra a Tortura e o Comitê dos Direitos da Criança todos se pronunciaram em diversos momentos sobre o tema.

Restrições ao direito à privacidade, em particular em relação às relações homossexuais consensuais entre adultos, que são penalizadas pelo artigo 200, parágrafo 1 do Código Penal (art.17). O Estado-parte deve tomar medidas oportunas para garantir que essa disposição seja alterada para se conformar com o Pacto (HRC, 1999).

A criação dos direitos sexuais nas conferências do Cairo¹⁶ (1994) e Pequim¹⁷ (1995) e a elaboração da Lei Internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e

¹⁵ Primeiro caso denunciado ao comitê de direitos humanos sobre violações aos direitos LGBT.

¹⁶ A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), do Cairo, realizada em 1994, contou com o avanço teórico e de instrumentos internacionais anteriores, mas também se beneficiou da conjuntura favorável, tanto em termos demográficos, quanto políticos (CORRÊA, JANNUZZI, ALVES, 2002, p. 3).

identidade de gênero (2006-2007), proporcionaram a intensificação do debate sobre sexualidade nas arenas globais. Em 1993 iniciaram-se os preparativos para a conferência de população e desenvolvimento, que ocorreria no Cairo no ano seguinte, quando foram incluídos nos temas das negociações as questões de saúde sexual e os direitos sexuais. Infelizmente os direitos sexuais acabaram sendo eliminados no texto final da conferência, mas o debate retornou um ano depois na conferência de Pequim.

Em 2000, o comentário geral nº 14 do comitê de direitos econômicos, sociais e culturais, quando analisado o direito a saúde, incluiu orientação sexual e identidade de gênero no status aos qual é vedada a discriminação. Nesse sentido, Ignacio Saiz (2005, P.12) ressalta que ao contrário dos órgãos de tratado, a Comissão de Direitos Humanos, hoje extinta e substituída pelo Conselho de Direitos Humanos, foi composta por representantes de governo cuja atuação política constantemente buscou minar a efetividade dos especialistas em direitos humanos.

Na primeira sessão da assembleia geral da ONU sobre AIDS (2001), alguns países se opuseram à participação de representantes das redes de ativismo LGBT, um mês depois a mesma rejeição aconteceu nas preparações para a conferência contra o racismo, discriminação racial e formas correlatas de discriminação. Nesta mesma conferência, o Brasil sugeriu a inclusão de um parágrafo sobre discriminação por razões de orientação sexual, não sendo aprovada por falta de apoio. Dois anos depois, o governo brasileiro propôs uma resolução sobre a mesma questão à comissão de direitos humanos da ONU, porém a companhia foi interrompida e adiada para 2004, quando em decorrência dos países islâmicos a diplomacia brasileira retirou a proposta (PAZELLO, 2005).

É preciso reconhecer que, ainda que paulatinamente, houve avanços nos debates no que tange os direitos sexuais. Por exemplo, no texto original da declaração universal dos direitos humanos de 1948, quando usado o termo “SEXO”, ele se refere à diferenciação entre homens e mulheres. Até 1993, o termo nunca havia sido mencionado em documentos de direitos humanos como referência a sexualidade no seu sentido mais amplo e complexo, mas

¹⁷ Com a realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, em Beijing (Pequim) as perspectivas da CIPD do Cairo foram reforçadas e adotou-se uma nova concepção em que se combinam: a) respeito pelos direitos humanos, incluídos os direitos sexuais e reprodutivos; b) promoção do desenvolvimento humano e do bem-estar, com reforço das políticas de educação, emprego, saúde e respeito ao meio ambiente; c) empoderamento das mulheres e equidade de gênero CORRÊA, JANNUZZI, ALVES, 2002, p. 3).

foram esses primeiros debates que possibilitaram que dez anos depois, os Estados membros começassem a discutir a temática da orientação sexual (GIRARD, 2008).

Outro aspecto importante desses avanços diz respeito à abertura por parte da ONU à participação e presença de atores sociopolíticos da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos sexuais nos debates internacionais. A diversidade do perfil desses atores como as feministas e ativistas LGBT resultou em efeitos nas agendas internacionais. O protagonismo dessas instituições da sociedade civil resultou em uma estratégia de *advocacy*¹⁸ para assegurar que a discriminação por orientação sexual fosse tratada no capítulo de direitos humanos do documento final da conferência.

Na preparação para a conferência do Cairo, Austrália, Estados Unidos, Canadá, Japão, Nova Zelândia e União Europeia já se apresentavam com propostas progressistas acerca dos direitos sexuais, orientação sexual e também as novas formas de famílias. Em contrapartida, a América Latina e parte da África, junto com o Vaticano, China e Índia se posicionavam de acordo com a conveniência das circunstâncias, enquanto os países islâmicos não se posicionavam positivamente ao assunto. Com essa dinâmica confusa houve o fracasso da resolução proposta pelo Brasil, fazendo com que tanto a diplomacia quanto os ativistas brasileiros investissem no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e no Mercosul para ampliar o consenso regional sobre os direitos LGBT. É importante perceber que uma possível aprovação da resolução proposta pelo Brasil em 2004, significaria que os Estados reconheceriam a violação aos Direitos Humanos em razão da orientação sexual, e isso já garantiria maior compreensão sobre a questão.

O Brasil foi um dos países que tentou ampliar e inserir o tema nos debates da comissão de direitos humanos. Contudo, não obteve sucesso, uma vez que houve uma organização no sentido de retirar qualquer menção no texto da expressão “orientação sexual”, em especial por parte dos países islâmicos.

O objetivo da iniciativa é fortalecer o sistema de proteção e promoção dos direitos humanos; não repreender ninguém. É entendimento do Brasil que a relevância da iniciativa deriva da sua capacidade em contribuir para a disseminação de valores e práticas sociais que provavelmente levarão a harmonia e tolerância. À luz dessas considerações e levando em conta a importância de preservar as razões e os objetivos do rascunho de resolução, com a qual o Brasil continua totalmente

¹⁸ A sociedade civil organizada e a população podem contribuir para a promoção de políticas públicas efetivas, visando garantir que governos ajam de acordo com o interesse da sociedade, em respeito às leis e à Constituição Federal. O conjunto de ações planejadas para atingir o objetivo almejado, inserido no contexto de transformar e/ou melhorar condições, atitudes e políticas, é denominado *advocacy*.

comprometido, o Governo Brasileiro decidiu mantê-la em consulta e solicitar à Comissão que adie sua consideração (ILGA, 2004)

A Human Rights Watch e a ABGLT promoveram mobilizações manifestando apoio ao governo brasileiro. Em 2004 houve uma nova tentativa por parte do Brasil, mas não obtiveram êxito, sob o pretexto de ameaça a valores culturais e religiosos. Foi que em 2006, no encontro de especialistas em direitos humanos em Yogyakarta, estabeleceram o que foi conhecido como “Princípios de Yogyakarta”, que passou a atender as questões relacionadas a orientação sexual e identidade de gênero.

Para O’Flaherty e Fisher (2008), tais princípios podem ser categorizados com

(1) não-discriminação, (2) proteção dos direitos de privacidade, (3) garantia de proteção de outros direitos para todos, independentemente da orientação sexual e identidade de gênero, (4) algumas tendências gerais quanto ao direito dos direitos humanos que têm importantes implicações para o gozo dos direitos humanos por pessoas de orientação sexual e identidade de gênero diversas. (O’FLAHERTY, FISHER, 2008. P. 214, Tradução livre)

Foi na sessão de 18 de dezembro de 2008 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que 66 países apresentaram uma declaração de apoio aos direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero (UN, 2008). O Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais continuou reiterando o tema da orientação sexual e identidade de gênero no comentário geral nº 20 sobre a não discriminação, ele afirma que:

Os Estados partes devem assegurar que a orientação sexual de uma pessoa não constitui barreira para a realização dos direitos do Pacto, por exemplo, em acessar os direitos de pensão do sobrevivente. Além disso, a identidade de gênero é reconhecida entre os fundamentos de proibição de discriminação; por exemplo, pessoas que são transgênero, transexual ou intersex frequentemente sofrem graves violações de direitos humanos, tais como assédio nas escolas e no local de trabalho (CESCR, 2009. Parágrafo 32. Tradução livre)28.

Um outro marco no sistema internacional de proteção dos direitos humanos foi a candidatura da ABGLT, uma das maiores redes de organização LGBT no Brasil, que ganhou status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social da ONU. A candidatura sofreu fortes críticas com o argumento de associação da homossexualidade à pedofilia e exploração sexual. A missão diplomática brasileira nas Nações Unidas intercedeu junto ao Conselho, afirmando que a ABGLT possuía os requisitos mínimos e que,

Em relação a um assunto que foi levantado por algumas delegações, nós gostaríamos de ressaltar que as autoridades brasileiras consideram que a promoção e advocacy dos direitos LGBT, de nenhuma forma é ou pode ser interpretada como conivente

com práticas de pedofilia ou outras formas de exploração sexual de crianças e adolescentes. No Brasil, tais práticas não somente flagrantemente violam nossa legislação e estão sujeitas à persecução penal, mas também são abordadas por políticas públicas específicas para preveni-las (BRAZIL, 2009. Tradução livre).

Percebia-se no âmbito das Nações Unidas, que o debate sobre os direitos LGBT ganhava cada vez mais espaço, e em 10 de dezembro de 2009, o governo da Suécia juntamente com os governos da Argentina, Brasil, Croácia, França, Holanda e Noruega e organizações da sociedade civil, promoveram um painel sobre o tema. Na sessão de outubro de 2010 do conselho de direitos humanos, representando o Mercosul, o Brasil pronunciou-se sobre a violação dos direitos LGBT.

Os países do MERCOSUL estão preocupados com a violação contínua dos direitos humanos de pessoas motivadas pela sua orientação sexual, incluindo pela imposição de sanções e o cometimento de atos de violência. O MERCOSUL ressalta a urgência e a importância de remover sanções criminais baseadas na orientação sexual. Da mesma forma, nós clamamos todos os Estados a aumentar seus esforços em combater a violência contra as pessoas por causa da orientação sexual delas (BRAZIL, 2010. Tradução livre)

Ano após ano, as Nações Unidas tem expressado seu compromisso em lutar pelo reconhecimento dos direitos LGBT em suas conferencias, assembleias, fóruns e comitês, e tem ressaltado sua preocupação quanto à violação dos direitos humanos no que tange à comunidade. Foi, pensando nisso que em julho de 2013, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos lançou a campanha Livres e Iguais, que busca disseminar a mensagem de que os direitos humanos pertencem a todos, incluindo os LGBT.

A extensão dos mesmos direitos usufruídos por todos para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) não é radical e nem complicado. Ela apoia-se em dois princípios fundamentais que sustentam o regime internacional de direitos humanos: igualdade e não discriminação. As palavras de abertura da Declaração Universal dos Direitos dos Humanos são inequívocas: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. (ONU, 2013, p. 7)

Dessa maneira, fica claro que existe uma preocupação no âmbito da ONU quanto à necessidade de se discutir a violação dos direitos LGBT, assim como, lutar contra a naturalização da violência contra a comunidade. Visualizar as redes LGBT como atores do sistema internacional permite que a comunidade ganhe espaço e voz na luta pelo reconhecimento. A articulação dos movimentos como parte da sociedade civil global evidencia a expansão de suas causas e a visibilidade de suas identidades. Sendo assim, não se pode mais pensar nas questões relacionadas a orientação sexual ou identidade de gênero em um contexto local, mas sim, global, sem fronteiras ou limitações. A luta é travada em qualquer localização geográfica com os mesmos objetivos, em culturas distintas, mas compartilhando das mesmas experiências sociais.

O comprometimento internacional para com a população LGBT tem tornado-se cada vez mais evidente nos debates internacionais. Isso só foi possível graças à articulação política dos movimentos LGBT que passaram a acumular evidências que mostram como a comunidade é alvo de ataques e críticas em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero. As mobilizações LGBT se espalharam pelo mundo e tornaram-se ferramentas fundamentais de protesto e visibilidade. A uniformidade dos discursos que norteiam a causa tem surtido expressiva repercussão seja na esfera local, como também internacional.

O movimento LGBT tornou-se um agente importante na elaboração e implementação de políticas públicas, por isso que sua evidência no âmbito nas Nações Unidas tem trazido expressiva contribuição para a comunidade internacional como um todo. A organização e o reconhecimento são fatores determinante dessa visibilidade, e dão destaque ao grupo enquanto movimento social. E isso proporciona uma cidadania coletiva que pressiona os Estados e os Organismos Internacionais na implantação e vigilância da aplicabilidade de direitos, sendo respeitados as identidades, os valores e os projetos que fomentam a luta do movimento.

Sendo assim, apreende-se que a luta organizada dos LGBT foi a grande propulsora das conquistas, e graças a crescente atuação política e visibilidade dada às manifestações, a população LGBT mostrou-se cada vez mais engajada e comprometida na luta por reconhecimento em contextos locais, regionais e internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre o processo de internacionalização da luta pela igualdade de direitos civis das diferentes orientações sexuais e das identidades de gênero revela os obstáculos sociais, jurídicos e políticos que fazem com que as pessoas pertencentes a estes grupos militem pelo reconhecimento de suas identidades e alcancem a cidadania. Desde as primeiras

manifestações, a população LGBT tem ganhado espaço nas questões da promoção da cidadania e dos Direitos Humanos em esfera internacional, porém é evidente que ainda são muitas as demandas para que de fato a comunidade deixe de ter seus direitos violados. É perceptível que as políticas LGBT já seja uma temática presente nas esferas internacionais, assim como, já apresente forte articulação com redes da sociedade civil que integram os movimentos sociais identitários, ONGs, partidos políticos, sindicatos, conselhos profissionais e meios de comunicação.

Importante mencionar que a sociedade civil global surge como um ator internacional capaz de interagir com as redes, identificando as diferentes causas e projetos que legitimam novos atores globais. É a partir da atuação da sociedade civil em redes que passam a reconhecer a necessidade de debate acerca das políticas públicas para a população LGBT no mundo, seja através das redes, coalizões, organizações internacionais, ativistas ou pelo aumento do engajamento visando a efetividade dos direitos humanos. Tudo isso tem apresentado reflexos na articulação de medidas internacionais pela proteção e garantia de direitos.

É evidente que de 1969, em Stonewall, até os dias atuais foram registrados avanços significativos no reconhecimento dos direitos LGBT. O tema é aos poucos inserido na agenda internacional, resultando em reflexos no âmbito dos comitês, comissões e cortes reverberando impactos significativos junto à população e nos movimentos LGBT. Desde 2010, as Nações Unidas têm expressado abertamente sua preocupação quanto a garantia de direitos, mas só foi a partir de 2013 que se intensificaram os trabalhos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Em uma análise mais local, percebeu-se também o pioneirismo do Estado brasileiro no tema em esfera internacional e também na doméstica. Com a criação da Coordenação Nacional LGBT em 2009, o país passou a oferecer propostas mais consistentes no reconhecimento dos direitos da comunidade.

Mas isso só passou a ser possível, graças ao protagonismo dos militantes do movimento, que passaram a dar voz as suas demandas e a exigir o reconhecimento efetivo de suas individualidades e atuação política. São as experiências de discriminação, privação e desrespeito que fizeram com que as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, identificassem a necessidade de se organizarem em ato de resistência e no caminho pelo reconhecimento. São as experiências negativas compartilhadas pelos indivíduos pertencentes a comunidade que surgem as lutas sociais coletivas., e mesmo que ainda se façam presentes

casos de violência, ofensas e preconceitos contra LGBT, isso faz com que a agenda do movimento ganhe uniformidade e homogeneidade internacional, uma vez que o registro do não reconhecimento e da violação dos direitos é percebido em diversos países. A história do movimento LGBT é marcada pelo ativismo dos seus militantes, assim como, por fortes críticas e obstáculos que têm prejudicado as conquistas sociais e jurídicas. Isso impulsionou a criação de instituições e a articulação de manifestações políticas, contribuindo na compreensão de que foi necessária uma mobilização conjunta para que a temática ganhasse visibilidade local e posteriormente internacional.

Compreender o movimento LGBT enquanto um ator internacional, é essencial para perceber que cada vez mais lutas locais se disseminam para o resto do mundo, ganhando visibilidade internacional e reafirmando a existência e a legitimidade de suas lutas. Foram as trocas de informações, a propagação de novos valores e a expansão das redes sociais, que fizeram com que os conflitos sociais ganhassem atenção dos organismos internacionais e da sociedade civil. A existência de uma transmissão cultural através da informação, permite com que o mundo inteiro passe, a saber, de acontecimentos que embasam as causas. Isso também tem reforçado a identidade LGBT como instrumento de captação de direitos e um mecanismo de atrair a atenção internacional. A construção de uma identidade que pertence a todos os LGBT permite com que seja evidenciado as necessidades e lutas.

O fortalecimento da representatividade na sociedade permite que o tema ganhe prioridade nas políticas públicas e no trato com o respeito à diversidade. As paradas, as campanhas nas redes sociais e nos organismos internacionais, os debates políticos e a organização social dos LGBT ampliam a identidade como algo não apenas pertencente ao grupo, mas também como elemento pertencente a todos que militam pelos Direitos Humanos.

Ao reconhecer neste trabalho os movimentos LGBT como um ator das relações internacionais, se afirmou que através da atuação destes movimentos se percebe uma experiência transcultural e transnacional na qual indivíduos de diferentes partes do mundo passam a compartilhar dos mesmos valores e experiências mesmo que esses falem línguas diferentes, tenham costumes diferentes e estejam localizados em áreas geográficas diferentes. O curioso é perceber que a existência desse discurso homogêneo não prejudica a formação dos movimentos em contextos diferentes. A luta LGBT é sem sombra de dúvidas globalizante e aberta aos diferentes contextos, uma vez que, ele pertence aos excluídos e luta pelos mesmos objetivos onde quer que esteja atuando.

Muito mais precisa ser feito para combater o preconceito e proteger as pessoas LGBT, e o comprometimento dos agentes sociais e atores internacionais é fundamental para essa conquista. É preciso uma mudança de entendimento no que cerne os direitos individuais e o rompimento das estruturas patriarcais opressoras que fomentam a intolerância e o conservadorismo exacerbado. Este trabalho, surge também como um sinal da necessidade de se pensar as Relações Internacionais de maneira livre e ampla, integrando os agentes sociais capazes de proporcionar a igualdade, liberdade e fraternidade, valores essenciais para esta ciência. Sendo assim, é preciso pensar “fora da caixa” e analisar os movimentos identitários como ferramentas fundamentais na efetividade dos direitos humanos, na cooperação entre os povos e na promoção da liberdade.

REFERÊNCIAS

ANDRE, Augusto José de Abreu. *Visibilidade Gay, Cotidiano e Mídia: Grupo Arco-íris – Consolidação de uma estratégia*. Um estudo de caso. Brasília: Dissertação de Mestrado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2002.

ALONSO, Angêla. *Teoria dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, v.76, p.49-86, 2009.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994

BASTOS, Elide Rugai. *Para a análise dos movimentos sociais*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 1983.

BENESSAIEH, A. *Global Civil Society: Speaking in Northern Tongues?* Latin American Perspectives. Issue 179, Vol. 38 No. 6., pp.69-90. Nov 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de proteção da cidadania homossexual*. Brasília, DF, 2004.

BRAZIL. *Statement by Counsellor Alan Sellos Permanent Mission of Brazil to the UN*. Third Committee – Item 68: Promotion and protection of human rights. 28 October 2010. Disponível em :<http://www.un.int/brazil/speech/10d-AS-Third-Committee-english.html>. Acesso em 05 de junho de 2017.

BRONSKI, Michael. *Sexual Liberation versus Identity Politics: whither the Gay Liberation Front*. The Harvard Gay & Lesbian Review, v. 2, 1995.

CASTELLS, M. *Monopolville: Analyse des rapports entre l'enterprise, l'etat et l'urban a partir d'une enquete sur la croissance industrielle et urbaine de la region de Dunkerque*. Paris: Mouton and Co, 1974.

CASTELLS, M. *The Informational City: Information Technology, Economic Restructuring and the Urban-Regional Process*. Oxford: Basil Blackwell. 1989.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Paz e Terra, São Paulo, v. 2, 3ª Edição, 2002.

_____. Manuel. *The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance*. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science. 2008.

CESCR, *General Comment No.20.Non-Discrimination in Economic, Social and Cultural Rights* (art.2, para.2). E/C.12/GC/2009.

CHAMBERLAND, Line. Remembering Lesbian Bars: Montreal, 1955-1975. In: MEDES-LEITE, Rommel; BUSSCHER, Pierre-Oliver de. *Gay Studies From the French Cultures: voice from France, Belgium, Brazil, Canada and Netherlands*, New York, 1993.

D'EMILIO, John. 1983. *Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of a Homosexual Minority in the United States, 1940-1970*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

DELLA PORTA, Donatella & TARROW, Sidney. *Transnational Protest and Global Activism*. Rowman & Littlefield Publishers, Toronto, Oxford, 2005.

_____. & DIANI, M. *Social Movements: An Introduction*. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 2006.

DIANI, Mario. *Networks and Social Movements: A Research Programme*. In Mario Diani and Doug McAdam (eds.), *Social Movements and Networks*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUBERMAN, Martin B. *Stonewall*. New York: Plume, 1993.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *A teoria dos movimentos sociais em debate*. Libertas, Juiz de Fora, n. 1, v. 1, 2001.

ESQREVER. Harvey Milk, a esperança que nos deu., 2014. Disponível em: <<https://esqrever.com/2014/11/27/harvey-milk-a-esperanca-que-nos-deu/>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas: Movimento homossexual e produção de identidade coletiva nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. FRANÇA, Isadora Lins; VENTURI, Gustavo. *Sexualidade, cidadania e homofobia: pesquisa 10ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo – 2006*. São Paulo: APOGLBT, 2007.

_____. *Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro*. Revista Bagoas. no. 04, p.131-158, 2009.

FERRARI, Anderson. *Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Revista Brasileira de Educação, 2003.

- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 6. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- FRIEDLANDER, Paul. *Rock and Roll: uma história social*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FRIEDMANN, J., & WOLFF, G. *World City Formation: An Agenda for Research and Action*. In N. Bernner, & R. Keil, *The Global Cities Reader* (pp. 58-66) Oxford: Routledge. 1982.
- GOHN, Maria da Glória. *Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. Edições Loyola. São Paulo, 1995.
- _____. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Lutas pela moradia popular em São Paulo*. 1987. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- _____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008
- GÓMEZ, José Maria. *Política e democracia em tempos de globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000
- GOODWIN, Jeff & JASPER, James. *The social movements reader: cases and concepts*. Second Edition, Wiley-Blackwell, 2009.
- GIRARD, Françoise. *Negociando derechos sexuales y orientación sexual en la ONU*. In PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert (Org.). *Políticas sobre sexualidad: Reportes desde las Líneas del Frente*. Cidade do México: 2008. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org/frontlines/espanol/book/pdf/capitulo9_united_nations.pdf>.
- GRAVES, J. Donna & WATSON, E. Shayne. *Citywide Historic Context Statement for LGBTQ History in San Francisco*. Prepared for the City & County of San Francisco. 2015.

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

HALL, P. *The World Cities*. New York: McGraw-Hill. 1966.

HALL, Stuart. “*The work of representation*”. In: HALL, Stuart (org.) *Representation. Cultural representation and cultural signifying practices*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HERZ, Monica. HOFFMANN, Andrea Ribeiro. TABAK, Jana. *Organizações Internacionais – História e Práticas*, 2ª ed. Rio de Janeiro. 2015.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34. 2003

_____. “*Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser*”. In: FRASER, N; HONNETH, A. *Redistribution or Recognition? A political-Philosophical exchange*. Londres/Nova York: Verso.2003.

ILGA. *Brazil postpones debate over resolution on sexual orientation*. Official communiqué / 29.3.04. Disponível em: <http://ilga.org/ilga/en/article/263>. Acesso em 05 de junho de 2017. 2004.

ÍÑIGUEZ, L. *Construcionismo social e psicologia social*. In J. B. Martins (Org.), *Temas em análise institucional e em construcionismo social*. São Carlos, SP: RIMA, 2004

KALDOR, M. *The idea of global civil society*. *International Affairs*. Vol. 79, No. 3, pp. 583-593. May 2003.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: 70, 1992.

KECK, M. SIKKINK, K. *Activist beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca: Cornell, 1998.

LENIN, Vladimir Ilyich. *Um passo em frente, dois passos atrás*. (A crise no nosso partido). Lisboa: Editora Avante, 1977.

LINKLATER, Andrew. *The transformation of Political Community – Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*. Univ of South Carolina, 1998.

MACREA, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARTINS, Andréa Damacena. **Movimentos sociais**: uma discussão acerca da literatura Sociológica (1984-1992). S.n.t. Mimeografado

MENDES, Leo. *A história do movimento homossexual brasileiro*. Disponível em < <http://www.lgbtt.blogspot.com.br> >. Publicado em: 2010.

MELLO, L. BRITO, W. & MAROJA, D. *Políticas públicas para população LGBT no Brasil*: notas sobre alcances e possibilidades. Cadernos Pagu, 39ª Ed, 2012.

MELUCCI, A. *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEYER, Laura. *The Los Angeles Woman's Building and the Feminist Art Community, 1973-1991, in The Sons and Daughters of Los: Culture and Community in L.A.* edited by David E. James. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2003.

MISHRA, V. K. *The Role of Global Civil Society in Global Governance*. Beijing Law Review, pp. 206-212. 2012.

MILANI, Carlos R. S. *Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos*. In: PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. S. (Org.). *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2012a. p. 33-70

MISKOLCI, R. *Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer*. In L. Sousa, T. Sabatine, & B. Magalhães (Orgs.), *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. (pp. 47-68). Marília: Oficina Universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, (2011).

MORAES, Renato. *Teoria do Reconhecimento e Movimentos Sociais*: o potencial de transformações de ações coletivas moralmente motivadas. Interações. n.1,v.1, 2006.

NUNAN, A. *Homossexualidade*: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. *Cultura e Identidade Gay: a diferença do múltiplo*. Artigo apresentado ao Núcleo de pesquisa comunicação e cultura de massa do XXIV no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande – MS. Disponível em < <http://www.intercom.org.br/papers/xxivci/np13/NP13NUSSBAUMER.PDF>>. Acesso em 20 de março de 2017. 2001.

O'FLAHERTY, M.; FISHER, J. *Sexual Orientation, Gender Identity and International Human Rights Law: Contextualising the Yogyakarta Principles*. Human Rights Law Review. Oxford University Press. 2008.

OLIVEIRA, José Marcelo. *Desejo, preconceito e morte: assassinatos de LGBT em Sergipe*. 2012. Tese (Livre – Docência) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte. 2012.

PIMENTA, Denilson. *A história do movimento LGBT*. Disponível em < <http://pcdob.or.br/lgbt> >. Publicado em: 2015.

PELÚCIO, L. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre modelo preventivo de AIDS*. Tese Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 2007.

PAZELLO, Magaly. *Sexual rights and trade. Peace Review: A Journal of Social Justice*, San Francisco, n. 17, v. 2 . 2005.

PONCHIROLLI, Osmar; SANTOS FILHO, Marco Aurélio dos. *Contribuições da teoria do reconhecimento para os estudos organizacionais: um olhar a partir da teoria crítica*. FAE – Centro Universitário. Núcleo de Pesquisa Acadêmica. Programa de Apoio à Iniciação Científica. 12º caderno de iniciação: Paic/2010-2011. Curitiba, 2011, p. 147-168. Disponível em: <<http://img.fae.edu/galeri>>.

PRADO, M. A. M. & MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexualidades: hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

REIS, M. B. M. *O debate teórico acerca dos Novos Movimentos Sociais no Brasil: um balanço outro*. Revista Serviço Social e Movimento Social, São Luis, v.1, 2000.

ROSENVALD, Cristiano Chaves. *O Direito da Família*. São Paulo, Editora Juspodivm, 2015.

SAIZ, I . *Bracketing Sexuality: Human Rights and Sexual Orientation* - A Decade of Development and Denial at the UN. SPW Working Papers, No. 2, 2005.

SALOMÓN, M., & NUNES, C. *A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre*. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. Contexto Internacional, 2007.

SANTOS, Ana Cristina. *A lei do desejo: Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *A Universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipadora da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Revista Sociedade e Estado. Brasília, Vol. 21, 2006.

_____. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2012.

SCHOLTE, Aart, Jan. “*What is Globalization? The definitional issue - Again*” – CSGR Working paper No 109/02 – Dezembro de 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000

SILVA, Maria Lucia Carvalho da. *Movimentos Sociais: gênese e principais enfoques conceituais*. In: Revista Kairos. São Paulo, 2001.

SIMÕES, J. & FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

STRYKER, Susan, and Jim Van Buskirk. *Gay by the Bay: A History of Queer Culture in the San Francisco Bay Area*. San Francisco: Chronicle, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

TAQUES, Fernando José. *Movimento LGBT: considerações necessárias*. Ciências Sociais Unisinos. V. 43, p. 144 – 148, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.

TILLY, Charles. *Contention and democracy in Europe, 1650-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TOURAINÉ, Alan. In: *O Retorno do Ator: Movimentos Sociais em Perspectiva*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL O RETORNO DO ATOR: MOVIMENTOS SOCIAIS EM PERSPECTIVA. In: Anais do Seminário Internacional O Retorno do Ator: Movimentos Sociais em Perspectiva. São Paulo, Faculdade de Educação, USP, ago. 1991.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

UN HUMAN RIGHTS COUNCIL (HRC). 2012. *Human Rights Council panel on ending violence and discrimination against individuals based on their sexual orientation and gender identity*. Summary of discussion. Geneva, 7 March 2012. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/LGBT/SummaryHRC19Panel>.

VALENTE, Julia Leite; DE CAUX, Luiz Phillipe. *O que é a teoria do reconhecimento?* Programa Pólos de Cidadania - Faculdade de Direito | UFMG, 2010.

VIANA, Cláudia. *Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: das ações coletivas aos planos e programas federais*. 2011. Tese (Livre – Docência) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania*. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WIRTH, Louis. [1928]. *O urbanismo como modo de vida*. In: VELHO, Otávio G. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ZURN, C. *Recognition, Redistribution, and Democracy: Dilemmas of Honneth's Critical Social Theory?*. European Journal of Philosophy, vol. 13,2005.

